

-----ATA N.º 1 DE 24 DE FEVEREIRO -----

-----Aos dias quatro do mês de fevereiro de 2026, pelas 21.00 h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no auditório dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 01/CM/2026 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026 da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----2 - Proposta n.º 02/CM/2026 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026 - integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----3 - Proposta n.º 03/CM/2026 - Autorização para repartição de encargos - Empreitada para construção da Escola Básica de A-dos-Cunhados – Concurso Público;-----

-----4 - Proposta n.º 01/AM/2026 - Apreciação de informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

----- Informação sobre competências delegadas:-----

-----4.1 - Proposta n.º 02/AM/2026 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----4.2 - Proposta n.º 03/AM/2026 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----5 - Proposta n.º 04/AM/2026 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos (primeiro secretário), e Mário Jorge da Glória Agostinho (segundo secretário).-----

-----Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, João Paulo Apolinário (em substituição de Maria Leonor Malhado), Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Carlos Alberto Pontes Filipe, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Sofia Miranda Pova (em substituição de Tânia Jerónimo), Rui José Prudêncio, Vanda Raquel Inácio da Silva, Beatriz Silva Pereira, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Susana Mónica da Silva José, Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis, Paula Cristina dos Santos Lopes, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto Pedro, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques, Mário João Rodrigues Matias, Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus

Tomás Elias, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins e Ana Clara Gomes dos Santos.-----

----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, David Alves Gomes Lopes, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro, Pedro Miguel Botelho Serra (em substituição de Felicidade Vital), Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva.-----

----**A presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão, e como nota prévia, proferiu algumas palavras sobre dois momentos que marcam simbolicamente a presente data e que se transcrevem:-----

----“Em primeiro lugar, as recentes intempéries que assolaram o nosso concelho. Foram dias exigentes, de grande pressão sobre os nossos serviços e de preocupação para muitas famílias. Perante condições meteorológicas adversas que causaram constrangimentos e prejuízos, ficou demonstrada, uma vez mais a capacidade de antecipação e de resposta do nosso sistema local de proteção civil.-----

----Quero expressar um agradecimento público e sentido aos nossos Bombeiros, às forças de segurança, aos serviços municipais, desde a câmara, aos SMAS, à Promotorres, E.M às equipas das juntas de freguesia e a todos os agentes de proteção civil que com profissionalismo e espírito de missão estiveram no terreno antes, durante e após os momentos mais críticos. A vossa pronta intervenção mitigou impactos, protegeu pessoas e bens e permitiu restabelecer a normalidade possível com a brevidade também ela possível.-----

----Em nome desta assembleia, deixo também uma palavra de solidariedade a todos os munícipes afetados.-----

----A forma como a nossa comunidade respondeu com serenidade e entre ajuda é motivo de enorme orgulho-----.

----Não podemos ficar indiferentes a esta data, onde se assinalam hoje 4 anos desde o início da guerra na Ucrânia, na sequência da invasão levada a cabo pela Rússia. 4 anos de um conflito que trouxe sofrimento incalculável ao povo ucraniano, instabilidade à Europa e profundas consequências económicas e sociais a nível global. Enquanto representantes eleitos, reafirmamos os valores da paz, da liberdade, da autodeterminação dos povos e do respeito pelo direito internacional.-----

----Recordamos as vítimas desta guerra e renovamos a nossa solidariedade para todos aqueles que continuam a sofrer as suas consequências. Num tempo marcado por desafios globais e

adversidades locais, reafirmamos a importância da união, da cooperação e da responsabilidade coletiva. -----

-----Hoje, mais que nunca, sinto um especial orgulho em ser torriense. -----

-----Orgulho numa terra solidária, preparada e resiliente. -----

-----Orgulho nas nossas instituições e nas nossas pessoas. -----

-----Orgulho na capacidade que temos de perante cada desafio responder com competência, humanidade e sentido de comunidade. -----

-----Que este espírito continue a orientar os trabalhos dessa assembleia e todas as decisões que tomamos em prol de Torres Vedras e dos seus cidadãos. Estamos juntos na reconstrução que o nosso concelho precisa, pelo que muito obrigada a todos.” -----

-----De seguida deu início ao **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido a seguinte inscrição:-----

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO DUARTE FILIPE PIRES DO ROSÁRIO COSTA: -----

RESPOSTA ÀS CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO KRISTIN: -----

-----O *cidadão Duarte Costa*, disse que intervinha com a dupla responsabilidade de especialista em alterações climáticas e também como comunicador neste tema nos últimos tempos, onde acompanha e analisa fenómenos climáticos como os que aconteceram no concelho de Torres Vedras, à escala nacional e internacional. -----

-----Lembrou que o que viveram recentemente com o chamado carrossel de tempestades associado à depressão Kristin e a todas as outras que lhe seguiram não foi um episódio isolado, mas mais um sinal claro de uma nova realidade climática. A literatura científica é inequívoca: num contexto de aquecimento global, os fenómenos extremos tornam-se mais frequentes, mais intensos e mais destrutivos. O que antes era excecional passa a ser cada vez mais recorrente. O que antes era improvável passa a ser expectável. -----

-----Frisou que Torres Vedras sentiu isso de forma dura. Estradas destruídas, cheias que afetaram populações, prejuízo avultados, ansiedade coletiva. E, no entanto, perante um cenário desta magnitude, aquilo que hoje devem sublinhar não é apenas a violência da tempestade ou das tempestades, mas também a qualidade da resposta.-----

-----Anotou ainda que a Câmara Municipal de Torres Vedras ativou o plano municipal de emergência com 4 dias de antecedência. Isto é cultura preventiva. Isto é, governar com base em ciência e em cenários de risco e não apenas em reações tardias. -----

-----Disse ainda que infelizmente, num país onde muitas vezes se reage depois do impacto, em Torres Vedras decidiu-se agir antes dele. É inevitável notar o contraste com o governo nacional, que só viria a ativar mecanismos formais de emergência 5 dias depois da passagem da depressão. Não se trata de competição institucional, trata-se de aprendizagem coletiva, e nesse

capítulo, Torres Vedras deu um exemplo claro de antecipação e responsabilidade.-----

----Referiu que enquanto especialista, sabe que a diferença entre antecipar e reagir pode traduzir-se em vidas poupadas, em prejuízos mitigados e em confiança reforçada. A comunicação atempada com a população, os avisos claros, a mobilização de meios, a coordenação entre serviços municipais, proteção civil, forças de segurança e juntas de freguesia foram determinantes. Não eliminaram os danos, obviamente, porque um fenómeno desta intensidade não se anula por decreto, mas reduziram, significativamente, o seu impacto humano e material. ---

----Sublinhou ainda algo que em tempos de polarização política assume um valor acrescido que é o valor da união. Num momento crítico, todas as forças políticas representadas neste concelho colocaram o interesse coletivo acima das divergências partidárias, o que testemunhou on-line na reunião de câmara que se realizou de manhã. E essa maturidade democrática é um ativo estratégico. A crise climática não é nem de esquerda, nem de direita, é uma realidade física, mensurável que exige respostas estruturais e continuadas e que a partir de agora os torrienses vão ser testemunhas dessa necessidade que a crise climática exige de todos. -----

----Assinalou que Torres Vedras tornou-se, por isso, mais uma vez uma referência e desta vez não apenas pela inovação ou pela qualidade de vida, mas pela resposta e gestão de um período de crise extremamente exigente. Mostraram que é possível combinar competência técnica, liderança política e proximidade às populações, mas não se podem iludir, pois não foi um evento isolado. O que aconteceu é um ensaio geral do futuro e as alterações climáticas vão continuar a testar a resiliência dos territórios, das infraestruturas e das instituições. É preciso investir mais em adaptação, requalificar linhas de água, é preciso um ordenamento do território mais exigente, infraestruturas resilientes, sistemas de alerta precoce e sobretudo educação, educação para o risco. -----

----Sabe que este é um momento difícil e tem esperança que se transforme numa base ainda mais sólida para reforçar a resiliência do concelho e que se possa continuar um trabalho de união com ambição, rigor e sobretudo espírito de missão. E porque no mundo em mudança acelerada, a melhor resposta à incerteza é a preparação, Torres Vedras mostrou que sabe preparar-se. -----

----Nesta sua primeira intervenção da sessão o **presidente da Câmara** aproveitou para agradecer as palavras iniciais da presidente da Assembleia. -----

----Dirigindo-se ao cidadão Duarte Costa relativamente ao que aconteceu no concelho, deu nota que na fase inicial mais de 100 pessoas, bombeiros, proteção civil, Câmara Municipal de Torres Vedras, SMAS, Promotorres, delegado de saúde, presidentes de junta que tiveram na primeira linha nas ocorrências, Cruz Vermelha, centro hospitalar, ou seja, toda a gente teve uma resposta muito positiva a partir do momento em que no dia 24 de janeiro criaram o posto de comando, no quartel dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras e começaram a ver e a prevenir o que iria de

facto acontecer.-----

----Sintetizando agradeceu a todos os que estiveram na linha da frente, aos que dormiram nos carros, 2 a 3 horas por de noite, incluindo os presidentes de junta que tiveram um papel fundamental para que as coisas dentro desta tragédia tivessem corrido bem.-----

----Deu nota ainda que já estão a trabalhar na fase da recuperação de todo o território, e ainda têm cerca de 15 estradas que estão ou interditadas ou apenas com uma passagem, assim como cerca de 40 km condutas de água a necessitar de reparação.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

----O *primeiro secretário Ilídio Santos* leu os pedidos de substituição recebidos pela Mesa, que foram numerados, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

DOCUMENTO 1:-----

----E-mail de Tânia Mourato Jerónimo, de 16/02/2026 a solicitar a sua substituição na sessão, uma vez que não se encontra em território nacional e que por indicação do líder do Grupo Municipal Unidos, seria substituída por Sofia Miranda Pova que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO 2:-----

----E-mail de Maria Leonor Malhado, de 22/02/2026, a informar que não estaria presente na sessão, e que por indicação do líder do Grupo Municipal do PS, seria substituída por João Paulo Apolinário, que se encontrava presente.-----

----Voltando ao uso da palavra a **presidente da Assembleia**, disse que seria ela a partilhar a restante respondência assim:-----

DOCUMENTO 3:-----

----E-mail de, Fernando Varela Santos, de 29/01/2026, a enviar o comunicado do grupo municipal do Partido Chega, relativo à ciclogénese Kristin:-----

----“ Na sua pessoa o grupo parlamentar municipal do Partido Chega da Assembleia Municipal de Torres Vedras associa-se ao sofrimento da comunidade torriense provocado pelo fenómeno atmosférico extremo Kristin. Momento de incerteza no seio da comunidade onde assinalamos e reforçamos o pensamento de que Torres Vedras pode contar com o nosso empenho na resolução dos diversos problemas decorrentes deste evento severo. De uma forma incondicional nas diversas ações que Vossa Excelência entenda pertinentes em prol do município. Assim, a partir de hoje, estamos ao seu inteiro dispor para as diligências e ações que resolva empreender.”-----

DOCUMENTO 4:-----

----E-mail do presidente da Assembleia de Freguesia do Funchal, Dr. José Luís Nunes, de

02/02/2026 a enviar a seguinte mensagem:-----

-----“A Presidência da Assembleia Municipal do Funchal manifesta a sua profunda solidariedade para com o vosso Município, na sequência da catástrofe provocada pela tempestade Kristin, que o afeta neste momento difícil, formulando votos de um rápido controlo da situação e de uma evolução favorável, com o mínimo de consequências físicas, psicológicas, económicas e sociais para as populações atingidas.”-----

DOCUMENTO 5: -----

-----E-mail do presidente da Assembleia Municipal de Alcanena, Dr. António Branco, de 3/02/2026 com a seguinte mensagem dirigida à Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras: -----

-----“Na sequência dos graves prejuízos provocados pela tempestade Kristin, dirijo-me a V. Exa., em nome da Assembleia Municipal de Alcanena, para expressar o mais profundo sentimento de solidariedade para com o vosso Município e todas as suas populações. -----

-----Nestes momentos de grande adversidade, o Município de Alcanena associa-se à vossa firme determinação na resposta aos impactos desta calamidade, desejando uma rápida estabilização das circunstâncias e uma célere recuperação de todas as áreas afetadas. Que se minimize o sofrimento físico e emocional dos munícipes, assim como os prejuízos materiais e sociais. -----

-----Reiterando o apoio humano e institucional, apresento a V. Exa. os melhores votos de força e perseverança para enfrentar e ultrapassar este difícil episódio.”-----

DOCUMENTO 6: -----

-----E-mail do presidente da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, de 04/02/2026 a remeter moção aprovada na sessão ordinária de 19/12/2026, intitulada “Em defesa dos agricultores, das comunidades rurais e do equilíbrio do território”:-----

-----“Considerando que:-----

-----As freguesias rurais do concelho de São Pedro do Sul, à semelhança de muitas outras do território nacional, foram historicamente sustentadas pela agricultura, pela pastorícia e pela presença ativa das suas comunidades, responsáveis pela gestão do território, pela produção alimentar e pela preservação das paisagens. Contudo, nas últimas décadas, a agricultura em meio rural tem vindo a perder expressão e número de agricultores, deixando de ser, na maioria dos casos, a principal atividade económica. Ainda assim, continua a assumir um papel relevante como complemento da economia familiar, contribuindo para a subsistência das populações, a manutenção dos usos do solo e a identidade rural do território. Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo da presença e da atividade de espécies selvagens, como javalis e lobos, em zonas próximas de povoados e explorações agrícolas, provocando prejuízos avultados nas culturas, nos rebanhos e na segurança das populações. -----

-----Diversas políticas e programas de "proteção da biodiversidade" e "reintrodução de espécies"

têm sido implementados sem a devida ponderação dos impactos sociais e económicos que causam às populações locais. -----

----A agricultura e a pecuária desempenham um papel essencial na limpeza do território, na prevenção dos incêndios florestais e na manutenção do equilíbrio ambiental — sendo atividades que devem ser reconhecidas como parte integrante da sustentabilidade e da biodiversidade. -----

----A perda de agricultores e de população ativa nas aldeias conduz ao abandono rural, ao aumento do mato e, conseqüentemente, ao agravamento do risco de incêndio e desertificação humana. -----

----A proteção da biodiversidade não pode ser feita contra as pessoas, mas sim com as pessoas, garantindo a coexistência entre fauna selvagem e comunidades humanas de forma justa, equilibrada e sustentável. -----

----Assim, a Assembleia Municipal de São Pedro do Sul delibera: -----

----Reconhecer o papel essencial dos agricultores e pastores como defensores ativos do território e parceiros fundamentais na preservação da natureza e na prevenção dos incêndios.-----

----Exigir ao Governo, ao ICNF e às entidades competentes: -----

----Que sejam implementadas medidas eficazes de controlo das populações de javalis, não só para garantir a produção de milho, como parece ser o estudo contratado à Universidade de Aveiro, mas especialmente nas zonas limítrofes de aldeias e explorações agrícolas, mesmo nos designados "quintais familiares" como forma de acrescento económico e embelezamento das aldeias.-----

----Que sejam assegurados mecanismos rápidos e justos de indemnização pelos prejuízos causados por lobos e javalis;-----

----Que se promovam planos de gestão equilibrada da fauna selvagem, com base na realidade local e com participação das autarquias e das populações afetadas.-----

----Defender políticas públicas de apoio à fixação de jovens e famílias nas aldeias, garantindo condições dignas de vida e de trabalho no setor agrícola e florestal. -----

----Afirmar que a biodiversidade e o equilíbrio ambiental só são possíveis com comunidades vivas, com aldeias habitadas e com agricultores respeitados.” -----

DOCUMENTO 7: -----

----E-mail do Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, Emanuel de Sousa Bandeira, de 23/02/2026, a remeter, na sequência dos recentes fenómenos meteorológicos extremos que assolaram o nosso concelho, uma mensagem de apoio e solidariedade institucional: -----

----“Na sequência dos recentes fenómenos meteorológicos extremos que assolaram o vosso concelho, provocando danos significativos em pessoas, bens e infraestruturas, venho, em nome da Assembleia Municipal de Peniche, expressar a nossa mais sentida solidariedade para com os

autarcas e concidadãos.-----

----Dirijo uma palavra de profundo reconhecimento e apreço aos autarcas, aos agentes da proteção civil, às forças de segurança, aos bombeiros e a todos quantos, com elevado sentido de missão e espírito de entrega, estiveram e/ou estão no terreno a prestar auxílio às populações. ----

----Aos munícipes atingidos por estas circunstâncias adversas, deixo, em nome da Assembleia Municipal, uma mensagem de coragem, esperança e confiança na capacidade coletiva de superação que tantas vezes caracteriza as nossas comunidades, formulando votos de uma rápida normalização e controlo da situação.-----

----Nestes momentos particularmente exigentes, reafirmo a importância da solidariedade institucional e da cooperação entre municípios, certo de que, em conjunto, saberemos responder com determinação aos desafios que se colocam.-----

----Estando à V/ disposição, subscrevo-me com os melhores cumprimentos institucionais.-----

DOCUMENTO 8: -----

----E-mail do presidente da Assembleia Municipal de Marvão, Fernando Bonito Dias, de 24/02/2026, a enviar um voto de pesar e de solidariedade, aprovado por unanimidade em sessão ordinária de 13/12/2025:-----

----“Pelos vítimas do comboio de tempestades que atinge Portugal e pelos graves danos causados às populações, empresas, coletividades, municípios e freguesias afetados.-----

----O Grupo Municipal “Marvão Mais à Frente” manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas mortais e por todas as populações afetadas na sequência das depressões meteorológicas que atingiram Portugal Continental desde a passagem da tempestade Kristin.-----

----Esta tempestade, que afetou o país no fim de janeiro, constituiu um fenómeno meteorológico extremo, tendo-se seguido outras depressões, todas caracterizadas por ventos ciclónicos, precipitação intensa e forte agitação marítima, cuja violência se fez sentir em todo o território continental, com consequências severas na segurança das populações, na mobilidade e no normal funcionamento de serviços essenciais. -----

----Embora no concelho de Marvão se verifiquem danos e prejuízos, não somos indiferentes à destruição verificada, com especial incidência, nos distritos de Leiria, Santarém, Castelo Branco e Coimbra, situação que exigiu uma mobilização prolongada por parte dos operadores, serviços municipais e autoridades competentes, visando o restabelecimento das condições mínimas de normalidade.-----

----Acima de tudo, lamentamos a perda de vidas humanas, algumas no cumprimento do dever de salvaguarda das suas comunidades perante os milhares de ocorrências registadas. -----

----Neste sentido, o Grupo Municipal “Marvão Mais à Frente” propõe que a Assembleia Municipal de Marvão, na sessão de 13 de fevereiro de 2026, delibere: -----

-----a)Manifestar publicamente o seu mais profundo pesar pelas vítimas mortais, apresentando sentidas condolências às respetivas famílias e amigos;-----

-----b)Expressar solidariedade para com todas as populações afetadas, nomeadamente aquelas que sofreram danos pessoais, materiais e económicos, bem como perdas habitacionais e perturbações graves no acesso a serviços essenciais;-----

-----c)Reconhecer e agradecer o trabalho desenvolvido por todos os agentes de proteção civil, bombeiros, forças de segurança, trabalhadores municipais, técnicos e voluntários envolvidos na resposta operacional e na assistência às populações;-----

-----d)Dar conhecimento do presente voto ao Governo, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, e às Assembleias Municipais dos concelhos em situação de calamidade na presente data.”-----

DOCUMENTO 9:-----

-----Ofício número 85/2026, do Gabinete do Primeiro-Ministro, de 6/01/2026 a acusar a receção do ofício desta assembleia municipal sobre a moção “Pelo Novo Hospital do Oeste”, informando que o assunto, foi encaminhado, em razão da matéria, para o gabinete da Ministra da Saúde.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA ANIMAL NA REGIÃO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O deputado municipal **Fernando Varela Santos**, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, após análise do orçamento em vigor cumpre dizer-se que nele parece existir um reduzido investimento em matéria de política animal. Ora, num município com uma malha de cães e de gatos densa, onde os maus-tratos e o abandono acontecem amiúde, e onde existe uma insuficiente esterilização, torna-se necessário convocar esta proposta de reflexão. O inventário de instituições locais dedicadas à proteção destes animais mostra, neste concelho, um CRO — centro de recolha oficial e três associações zoófilas, a APA, uma se não a maior a nível nacional, a Amigos de 4 Patas, de média dimensão, e a Animal Dream, de pequena, a necessitarem de auxílio, isto é, da presença de uma verdadeira política animal na esfera municipal. Desde logo no que se refere à esterilização intensiva, vacinação, medicação, cuidados de saúde, alimentação, etc. Protocolos com instituições, nomeadamente, de resgate, a exemplo do IRA (Intervenção e Resgate Animal); alimentação, vacinação, e medicação, da Animalife; direito animal, formação e esterilização (programa CED — capturar, esterilizar, devolver), da Animais de Rua. Dito isto, é nossa convicção, de que há ainda muito a fazer em prol dos animais em Torres Vedras. Se assim for e tudo aponta nesse sentido, citar o preceito de missão das associações desta região é imperativo, “Ajude a Ajudar”, E imperativo é a interpelação ao executivo na pessoa do Presidente da câmara, Doutor Sérgio Galvão: o concelho de Torres

Vedras pode contar com o empenho desta governança para melhor pensar a política animal da região?” -----

----Por fim, questionou se Assembleia Municipal pode convocar para audição, em sede de comissão, as associações indicadas e o CROA. -----

----O **presidente da Câmara** agradeceu as recomendações do deputado, informando que têm um programa que comporta grandes investimentos no CROA e a política do bem-estar animal está em cima da mesa, pelo que pode contar com este Executivo para os próximos 4 anos. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CELEBRAÇÃO DOS 50 NO DO PODER LOCAL: -----

----O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes**, proferiu a seguinte intervenção sobre o assunto em título: -----

----“A mudança de regime proporcionada pelos militares em abril de 1974 trouxe consigo a Revolução, carregada de esperança e de profundas transformações, tendo no poder local um dos seus maiores expoentes para o desenvolvimento de Portugal.-----

----Comemoramos este ano, no dia 12 de dezembro, o cinquentenário das primeiras eleições autárquicas democráticas. -----

----Não podemos deixar passar em claro esta efeméride. Em datas anteriores já foram realizadas comemorações, pelo que devemos voltar a assinalá-la condignamente este ano. -----

----Proponho, assim, a constituição de uma comissão eventual para a organização destas comemorações, presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e integrando o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Presidentes de Junta. -----

----Independentemente de outras propostas que venham a ser apresentadas, sugiro desde já:----

----a) A atualização do livro elaborado aquando dos 30 anos do Poder Local;

----b) A recolha de depoimentos do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de um membro da primeira Assembleia Municipal e dos Presidentes de Junta eleitos em 1976 que ainda se encontrem vivos;-----

----c) A preparação de uma exposição evocativa deste cinquentenário, com painéis por freguesia, que posteriormente possam ser cedidos às respetivas freguesias; -----

----d) A criação, pelo Arquivo Municipal, de uma secção dedicada ao Poder Local democrático, aberta à receção de espólio relacionado com este tema;-----

----e) A realização de uma Sessão Solene da Assembleia Municipal no dia 12 de dezembro (sábado).” -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONSEQUÊNCIAS DA TEMPESTADES NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS: -----

----O *presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça* **José**

Damas Antunes interveio no sentido de subscrever aquilo que já foi dito sobre a atuação das instituições de proteção civil e das outras entidades referidas, neste período de tempestades consecutivas que tiveram.-----

-----Também agradeceu o apoio que foram recebendo na freguesia que preside, sempre que o solicitaram, pois ainda têm alguns problemas por resolver, que não serão dos mais graves, mas foi muito importante nesse período terem resposta.-----

-----Aproveitou para solicitar que a Câmara Municipal faça pressão junto da Infraestruturas de Portugal, para complementar melhor as alternativas existentes nos locais devido à suspensão do comboio, porque não está a funcionar bem, lembrando que há pessoas que têm mais dificuldade em arranjar transportes alternativos.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal Artur Narciso*, felicitou todas as entidades que estiveram envolvidas nos acontecimentos que foram trágicos e que presentemente ainda estão a ser problemáticos para muita gente, e deixou um abraço solidário a todos aqueles que ainda estão sem acesso à sua própria habitação.-----

-----Prosseguiu dizendo que não tinha nada a acrescentar em relação às palavras que foram ditas sobre esse tema, muito pelo contrário, mas queria alertar que se devem manter vigilantes, porque podem ocorrer mais derrocadas, no entendimento que a proteção civil começa neles próprios e é importante terem essa atitude, pois as alterações climáticas não são um fenómeno que acontece por acaso, são acontecimentos que tendencialmente vão ocorrer cada vez mais e com mais intensidade.-----

-----Disse ainda que queria abordar também um tema, acreditando que todos os presentes se preocupam com o ambiente, e como tal, tinha a coragem inclusivamente de mencionar a seguinte frase do Programa Eleitoral dos Unidos "O concelho sofre carência de sombras e conforto térmico em várias zonas urbanas, sobretudo em áreas densamente habitadas," e depois assumem igualmente no programa que as árvores são importantes para a qualidade do sol, do ar e da água", para assinalar que não há nenhuma cidade que queira dizer que já tem árvores suficientes, muito pelo contrário, todos querem as suas cidades mais verdes.-----

-----Nesta sequência fez notar que com esta intempérie houve inúmeras árvores tombadas e partidas, e se sabem que o problema teve que ser resolvido, também se aperceberam que algumas árvores que aparentemente não sofriam de qualquer dano, foram cortadas.-----

-----Reforçou que tem que haver coragem para cortar quando é necessário, lembrando que em outubro de 2024, o anterior executivo cortou algumas árvores que estavam no leito do rio junto à cidade e ainda bem que o fizeram, porque se assim não fosse, seriam mais trágicas as inundações que agora ocorreram. Acha que é preciso ter essa coragem, mas, também que é necessário perceberem se existe um levantamento de quantas árvores foram abatidas, se existe

um plano de reflorestação e qual é o rácio de reposição das árvores, dado que todos acham que a cidade tem que ser ainda mais verde para se tornar mais resiliente, mas que existiam muitas árvores que não apresentavam sinais de podridão ou de instabilidade estrutural, pelo que gostariam de saber se existiu alguma análise, alguma tomografia sónica ou testes de tração.-----

-----Por outro lado, existiu madeira, existiram resíduos, questionando o que é que foi feito com esses resíduos, e quais os resultados, porque alguma madeira tinha um certo valor comercial.-----

-----Considerou que estas quatro perguntas são importantes, porque já existe uma perceção de que se corta porque o vizinho sentiu “incomodado com um pinheiro manso junto à janela” e não podem passar essa perceção, tem que haver alguma preocupação pelo bem-estar, mas as árvores igualmente são fundamentais.-----

-----Também no âmbito das condições atmosféricas que se registaram nas últimas semanas que trouxeram ao concelho um cenário de destruição e calamidade o *deputado municipal **Fernando Guerra***, do grupo Municipal do PCP disse que lhes parecia justo enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, pois foram dias e noites muito complicados, onde não houve tempo para mais nada, assim como enaltecer o esforço de todos os trabalhadores municipais que direta ou indiretamente trabalharam para minorar o seu impacto negativo na vida dos torrienses.-----

-----Aproveitou para deixar uma palavra de solidariedade para todos aqueles que, fruto do mau tempo, viram os seus bens danificados.-----

-----Referiu que todos sabem que é impossível contornar a força da natureza, no entanto, há medidas e decisões que podem e devem ser tomadas com o fim de reduzir o impacto negativo dessa mesma força. Assim e da mesma forma que a seu tempo foram tomadas medidas em relação às florestas com vista a prevenir os incêndios, entendem ser urgente tomar decisões em relação à limpeza dos rios e outras linhas de água, tal como vêm defendendo há muito na Assembleia Municipal, pois com a sua limpeza, o perigo de cheias fica bem mais distante.-----

-----Prosseguiu fazendo notar que as intempéries provocaram a queda e destruição de muitas árvores, e posteriormente aos dias de temporal assistiram ao abate de árvores saudáveis, que para além de terem levado muitos anos a medrarem, nada indicava que representavam qualquer perigo para a população pelo que gostariam de saber qual o critério adotado para o abate de tantas árvores, nomeadamente na cidade.-----

-----Voltando ao início da sua intervenção, reafirmou que o PCP saúda o trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, no entanto, acham que houve falta de ligação aos restantes órgãos autárquicos, nomeadamente à Assembleia Municipal, sendo desejável uma maior mobilização de todos os eleitos em torno de uma calamidade que afeta todos os torrienses.-----

-----Por último assinalou que aquando da visita ao concelho pelos ministros da agricultura e das infraestruturas, seria normal estarem presentes os elementos que compõem a assembleia

municipal, muito especialmente a mesa e os líderes dos grupos municipais, pois, os ministros vieram tomar conhecimento não de um assunto exclusivo do executivo municipal, mas de uma calamidade que afetou todos os torrienses, reparo que deixa, mas no entanto, entendem que o mais importante é estarem unidos com o único objetivo de recuperar o mais brevemente possível tudo aquilo que as intempéries destruíram no concelho para que aqueles nele vive e trabalha possa ter as condições necessárias para continuarem a trabalhar e ter uma vida melhor.-----

-----Também no âmbito este tema, pronunciou-se a *deputada municipal Paula Lopes*.-----

-----Recordou que na madrugada de 28 de janeiro, o concelho de Torres Vedras, foi fortemente afetado pela tempestade Kristin, que trouxe chuva e ventos fortes, provocando diversos constrangimentos em todas as freguesias do concelho. Nos dias que se seguiram, registraram-se vários períodos de chuva intensa que agravaram a saturação dos solos, aumentaram os caudais das linhas de água, expondo novamente a vulnerabilidade do território a fenómenos meteorológicos extremos e que este conjunto de ocorrências demonstra que não estão perante episódios isolados, mas perante uma realidade que exige planeamento, prevenção e uma ação concreta.-----

-----Fez notar que quando estas intempéries começaram, estavam nos finais do mês de janeiro, e estavam na Maceira “Freguesia Sede de Concelho”, durante este mês e nesse contexto parece-lhes muito importante abordar um dos ativos ambientais e territoriais do concelho, que é o rio Alcabrichel, pois a reabilitação e a valorização paisagísticas deste rio estão incluídas no plano municipal da ação climática, abrangendo o troço entre A-dos-Cunhados e a Maceira com uma execução prevista entre 2024 e 2027.-----

-----Exposto isto e sendo para o Chega, uma intervenção de extrema importância, porque vem prevenir os riscos, vem mitigar impactos destes fenómenos extremos e vem valorizar ambientalmente o território, depois de observadas as inundações que ocorreram, nomeadamente na EN 247, entre Maceira e Porto Novo, e estando a mais de meio do período de execução, questionam que ações concretas já foram realizadas até à data, que resultados são visíveis com estas intervenções e qual o impacto destas inundações e destas intempéries.-----

-----Ainda sobre o assunto em título e na senda das intervenções anteriores o *deputado municipal Herculano Raposo* disse que viveram nas últimas semanas momentos particularmente exigentes para o concelho. As tempestades e o inverno rigoroso e avassalador que se fizeram sentir colocaram à prova a capacidade coletiva de resposta, resiliência e solidariedade sendo por isso, mais elementar justiça começar por enaltecer o extraordinário trabalho desenvolvido para proteção civil, cujo profissionalismo, prontidão e espírito de missão foram absolutamente determinantes, pois a sua ação, muitas vezes invisível, mas sempre decisiva, garantiu segurança, apoio e tranquilidade às populações em momentos de grande incerteza.-----

-----Deixou igualmente uma palavra de reconhecimento ao executivo municipal, em particular ao presidente da Câmara e ao vice-presidente, pela forma responsável, transparente e incansável como conduziram este processo, e que num contexto difícil, demonstraram liderança, proximidade e, acima de tudo, um elevado sentido dever público. -----

-----Sublinhou que nunca houve a tentação de reter informação para dela fazer bandeira política bem ao jeito do que estavam habituados, pelo contrário, houve uma preocupação constante em explicar, muitas vezes de forma quase gráfica, informar e prestar contas com total clareza sobre o que estava a ser feito, o estado de prontidão instalado e as medidas em curso para minimizar os impactos destas intempéries e o porquê da resposta não ser possível dentro das necessidades e também louvou o facto de nunca ter sido argumento a herança das condições.-----

-----Destacou de forma muito particular o empenho dos presidentes de junta de freguesia e toda a equipa de trabalhadores que em condições extremas tudo fizeram para minimizar os danos e resolver os problemas noite e dia sem descanso, e que foram, como sempre, a linha da frente, próximos das populações, atentos às necessidades concretas e rápidos na resposta, demonstrando uma vez mais que o poder local de proximidade é essencial em momentos de crise.

-----Assim, em representação do CDS-PP como força política integrante da bancada do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, prestou um sincero agradecimento a todos, sem esquecer a comunicação social local, que esteve sempre ao lado dos acontecimentos, passando a informação quase ao momento e sendo um meio essencial de comunicação entre a proteção civil e a população. -----

-----Passando a outro tema, mas ainda no contexto das decisões tomadas e relacionadas com este período exigente, manifestou a sua total concordância com o cancelamento dos festejos oficiais de carnaval, uma decisão responsável, adequada às circunstâncias, alinhada com a proximidade, com a prioridade máxima, a segurança das pessoas. Não concordar com esta decisão significa coincidir com uma mentalidade irresponsável e desligada daquilo que é o dever do exercício do poder autárquico e da proximidade de quem os dirige. -----

-----Disse ainda concordar com a redução do horário dos bares e estabelecimentos de diversão noturna, contudo, acha que foi cautelosa, e poderia ter sido mais alargada dando algum benefício aos operadores, muitos deles também vítimas das consequências das tempestades e com um investimento forte neste evento que lhes proporciona a sustentabilidade em período de menor faturação.-----

-----Expressou a sua discordância relativamente às limitações das manifestações populares no domingo gordo ena terça-feira do Entrudo nas ruas onde habitualmente se realiza o desfile, pois ainda que estas tenham acontecido, foram poucas e tendo em conta o local, não haveria qualquer dano, interferência, ou correlação com o estado da calamidade. -----

-----Relativamente a esta situação, fez notar que o Carnaval Popular não tem dono, não pertence a nenhuma entidade, nem permite que alguém se arrogue da sua propriedade. É uma expressão espontânea, genuína e profundamente enraizada na identidade coletiva do concelho, uma marca das gentes torrienses. Citou o princípio do dano de Stuart John Mill, "o único propósito pelo qual o poder pode ser exercido com razão sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar danos a outros" para fazer notar que não havia danos a terceiros relacionados com os desfiles. -----

-----Frisou que o Carnaval é e sempre foi uma marca fortíssima de Torres Vedras, vive da rua, das pessoas, da criatividade popular. Limitar essa manifestação é de alguma forma limitar a própria essência daquilo que são enquanto comunidade. -----

-----Ainda sobre este tema, manifestou a sua total discordância do adiamento ou de uma nova data para os festejos, embora compreendendo o enquadramento e as intenções. Reconhece que o investimento está feito, mas o saldo, não é recuperável no imediato. Mantendo o propósito de colaborar, sugere que o "Carnaval de Verão" possa ser uma boa opção, pois precisa de um novo registo, um novo formato, uma nova data para que possa ser favorável a Santa Cruz. Precisa de ser repensado, revitalizado e elevado, já que o modelo atual se revela manifestamente insuficiente, uma festa desenquadrada no seu conteúdo daquilo que objetiva promover e enaltecer.

-----Continuou dizendo que ao Carnaval de Torres não lhe fica bem misturas carnavalescas, fica aquém daquilo que representa e merece, devem promover o deles e não dar palco a outros que são antítese do carnaval torriense. -----

-----Assim, assinalou que este ano pode e deverá ser encarado como uma oportunidade para mudar, para inovar e para construir um novo formato que esteja à altura da tradição, da identidade e da dimensão Carnaval de Torres. -----

-----Por último defendeu que o CDS-PP reconhece e agradece e valoriza todos aqueles que em momentos difíceis estiveram à altura das suas responsabilidades com prontidão possível e resiliência necessária em superação das suas próprias capacidades, pois é nestes momentos verdadeiros que se mede o compromisso com a causa pública e o novo executivo até agora passou com a distinção nesta prova de fogo ao fim de apenas de 4 meses. -----

-----O *deputado municipal Hugo Lucas* começou a sua intervenção com uma manifestação de solidariedade para com todos os cidadãos nacionais e em particular com os munícipes que de alguma forma foram afetados por todas estas intempéries e disse que aquilo que o fez intervir é a forma como as diferentes estradas foram afetadas no município, tornando-se essencial um rigoroso planeamento na sua reparação. -----

-----Desta forma lembrou que aquando da aprovação do orçamento em dezembro, referiu que os valores previstos eram insuficientes face às necessidades naturais de manutenção da rede viária

do concelho. Ainda mais se verifica isso agora, como é do conhecimento geral, pelo formulou as seguintes questões: se já existe um levantamento técnico das estradas afetadas, qual a extensão total da rede danificada, se existe esse mapeamento por níveis de gravidade; quais são as prioridades definidas; que critérios vão orientar a intervenção nas vias estruturantes que ligam as principais localidades, acessos, entre freguesias, caminhos locais, e por último qual o prazo previsível para a normalização da rede. -----

----Lembrou ainda que a situação foi excecional, e a resposta agora deve ser estruturada, faseada e calendarizada e existindo esse planeamento, o Grupo Municipal do PS gostaria de o receber. -----

----Concluindo, disse que reconhecem o trabalho dos funcionários municipais, das juntas de freguesia, dos presidentes de junta, da câmara municipal, dos bombeiros e demais agentes de proteção civil que estiveram no terreno, muitas vezes, em condições complexas, a minimizar os riscos e a tentar garantir que os munícipes consigam ter os mínimos de mobilidade nessas mesmas estradas.-----

----Por sua vez o líder do grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, **Jorge Santos** indicou que em primeiro lugar, faria suas todas as palavras já proferidas a propósito da atuação dos organismos públicos, de pessoas singulares, de pessoas coletivas envolvidas na resolução dos problemas decorrentes das intempéries e manifestam a mais profunda solidariedade com todos afetados pelas mesmas.-----

----Depois fez notar que enquanto a magia tecnológica ainda não havia tomado posse das suas mentes, e a maior parte se bastava com os factos da divina providência e os seus insondáveis desígnios, os fenómenos atmosféricos não tinham nome de gente e naquela altura, depois da fúria dos elementos ter desabado em forma de trovões, granizo, vendaval e chuva intensa, e de ter reduzido a nada o fruto de trabalho e cuidados extremos, amaldiçoava-se o trabalho da terra. Quem podia acudia, os vizinhos e amigos procuravam conforto de onde pudesse vir, das autoridades não se esperava nada, depois da desolação que se batia sobre os campos, tudo recomeçava. Era preciso ter coragem, dizia-se. Perante os acontecimentos funestos, reinava o silêncio, a resignação e os mais novos emigravam.-----

----Porém, agora o nosso léxico enriqueceu-se com expressões e termos como “comboio de tempestades”, “rio atmosférico”, “climogénese explosiva” e “a natureza que parece estar a sofrer o verdadeiro ataque de nervos” manifesta-se de seca em seca, com inundações, acontecimentos extremos, incêndios piores que infernos, poluição, plástico, perda de biodiversidade e em muitos riscos naturais e artificiais em forma de avalanches, tsunamis, pragas ou tufões. Estes eventos tornaram visível a irresponsabilidade organizada, independentemente de o risco ser muitas vezes entendido com um azar mais ou menos natural. -----

-----Continuou defendendo que hoje o foco centra-se na responsabilidade das instituições, no teor das decisões, nas ações ou na falta delas, no dito e no não dito, e, por isso, na sua politização. O risco real ou ficcionado é fonte de tensão e de conflitualidade social que tende a agravar-se e a produzir dinâmicas imprevisíveis na governação, nas instituições e respetivos modos da ação ou jogo político, alterando a confiança ou desconfiança nos governos na autoridade, em suma, nos dispositivos de regulação social e no reconhecimento da sua legitimidade.-----

-----Defendeu ainda que mais do que a abundância das imagens de subida das águas, dos telhados ausentes, todos foram confrontados com as imagens da fragilidade das construções das casas, de quem não pôde construí-las mais sólidas. Dizer-se que tudo isto é apenas um problema de ordenamento do território é quase um insulto e como já alguém disse, a propósito dos desafios da política urbanística em termos de modernidade exacerbada, face a estes acontecimentos que os ultrapassam, façam de conta que os controlam. -----

-----Mais defendeu que fazer de conta tem sido o destino complexo e polémico de Portugal que não tem tido prevenção, planeamento e profissionalismo, mas que sempre teve governos que por razões políticas colocaram as pessoas erradas em lugares de chefias fulcrais entre a ciência que fica nas gavetas, a fragilidade de alguns organismos, a ausência de execução das estratégias climáticas e a necessidade urgente de profissionalizar alguns serviços que deveriam funcionar para defender Portugal do inimigo abstrato, que são os riscos naturais, tudo acontece. -----

-----Salientou que este é o retrato de um país que sempre reagiu tarde e mal.-----

-----Salientou igualmente que sempre foram o país do improvisado em que só não aconteceu o que efetivamente não tinha que acontecer, mas agora, no momento em que a transição climática já está em curso e a paisagem que conhecem está a desaparecer, tudo se torna política e socialmente mais sensível e mais complexa e já há muito que se deveria ter passado da fase do estudo à fase da obra. Não se viu nem deram conta que os documentos que foram feitos por técnicos e depois passaram pelo crivo da priorização política tivessem sido objeto de execução, e as áreas de intervenção são, entre muitas outras, o ambiente, o ordenamento do território e a planificação futura das infraestruturas. -----

-----Assinalou que caso não se ponham em prática políticas contrárias nestas áreas, a democracia e a liberdade terão cada vez menos pessoas que as defendam, na medida em que parece haver cada vez menos razões para viver com sentido social e com valor humano. E nestas condições, os extremismos e a demagogia encontrarão campo fértil para o seu crescimento. -----

-----Reforçou que de facto, as inundações, os vendavais, as chuvadas e os deslizamentos de terras agigantaram-se e atingiram proporções dantescas, constituíram em grande medida obstáculos, perigos ou desastres da acrescida dimensão que as pessoas tiveram que enfrentar designadamente no concelho, e porque quem os antecedeu na governação do mesmo e tinha a

missão de ordenar, inspirar, organizar e liderar, não o fez, não soube fazer, não percebeu a tempo e não se sentiu empenhado. -----

-----Sinalizou que a ideia de servir o povo ou servir a população que alimentou programas políticos de esquerda ou direita, se muitas vezes constituiu oportunismo político, tem que passar a ser sentido de missão e de responsabilidade pública. Cuidar do bem comum é talvez a missão mais nobre de qualquer funcionário, governante ou autarca. Cuidar do bem comum é um verdadeiro desígnio e os Unidos por Torres Vedras, que são integrados pelo PPD/PSD, pelo CDS/PP e pelo Volt de Portugal pretendem e vão fazer para que seja um dos objetivos maiores da sua governação.-----

-----De igual forma referiu que foi durante este período crítico de tempestades consecutivas que o executivo municipal, apoiado pelas juntas de freguesia, Serviço Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, Divisão de Obras Municipais, Divisão de Mobilidade e Segurança Rodoviária, Centro de Recolha Oficial de Animais, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Promotores, Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, forças de segurança, comunicação social e por todos aqueles que habitam, trabalham ou se sentem efetivamente ligados este território, mostrou efetivamente ao que veio. -----

-----Por fim especificou que a reputação deste executivo, de todos os órgãos e organismos atrás referenciados deste território, das suas gentes, vai construir-se a partir da sua atuação, a partir desta crise climática que acabam de viver sempre apoiados por todos aqueles que nele vivem, trabalham e com o mesmo têm ligação afetiva, mas sempre alicerçada na preparação prévia e muitas vezes até na tomada de decisões difíceis, recusando a ideia de que o contexto pode justificar o inaceitável. -----

-----O *presidente de Junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, **Nuno Pinto***, usou da palavra para dizer que se revia e que reforçava todos os elogios e agradecimentos prestados a todos os intervenientes no momento que passaram e que alguns continuam a passar no concelho, mas há uma questão que queria deixar presente, menos positiva, que tem a ver com as telecomunicações. -----

-----Pensa que não podem ficar indiferentes à falta de atuação das operadoras de telecomunicações que não estão presentes, o que é punível por lei, segundo o art.º 6.º da Lei n.º 27/2006, do qual deu a devida nota. Os postos continuam caídos no chão, continuam sem telecomunicações em vários pontos da freguesia que preside e também certamente do concelho. -

-----No seu entender o município devia fazer uma queixa à ANACON e se calhar uma queixa nacional, porque é inadmissível a forma como as telecomunicações funcionaram, achando que foi a única entidade, e têm estado a elogiar todas as entidades que tiveram presentes e que fazem parte do Conselho Municipal de Proteção Civil, mas, as telecomunicações estão em falha

completa. Acha que também não devem falar só do que é bom, também têm que falar do que que é mau, e embora, como todos sabem, a responsabilidade não seja do município, cabe ao município “puxar dos seus galões” e dar conta a quem direito.-----

-----Seguiu-se o *deputado municipal* **António João Bastos** dizendo que a sua intervenção vem na sequência da intervenção do deputado municipal Artur Narciso, que falou sobre as árvores, pois também se queria pronunciar sobre a temática.-----

-----Assim, referiu que quanto às arvores há duas questões a considerar, as árvores que estão em risco de colapsar e as árvores cujas espécies não são adequadas a certas áreas dos meios urbanos. Destas últimas, como exemplo, mencionou o plátano grande atrás da esquina da Igreja da Graça, que é uma árvore muito bonita, cresce muito depressa, mas oferece imensos problemas porque sua raiz vai a todo lado, estraga as telecomunicações, estraga as canalizações de esgotos e de água, estraga os passeios, estraga o alcatrão, estraga tudo, ou seja, não pode ficar no meio urbano junto de infraestruturas ou mesmo de casas. -----

-----A autarquia tem vindo aos poucos a substituir os plátanos, já faltam poucos, e na sequência disso foram postas novas árvores, que, até ver são adequadas ao local, portanto que não ensombrem demasiado as casas e não estraguem as infraestruturas.-----

-----Quanto às árvores que estão em que riscos de colapsar, também ficou com pena das árvores que foram cortadas no Largo da Graça, mas a verdade é que compreende perfeitamente quem teve que tomar a decisão que tomou. Dando outro exemplo, aludiu às árvores da Praça da Batata, pois antes desse corte, tinha caído uma árvore na Ilha da Madeira em cima de uma procissão, na altura estava-se a aproximar o Carnaval, a Praça da Batata fica cheia de gente, as pessoas subiam para cima das arvores, era um perigo e também compreendeu a opção que teve que ser tomada e compreendeu agora também a opção destes cortes que tiveram que ser feitos.-----

-----Voltando ao Largo da Graça, opinou que a requalificação que foi feita é boa, mas agora exige-se que a nova requalificação do jardim que venha a ser feita seja pública, portanto, que haja um projeto e que as pessoas se possam pronunciar sobre as propostas da Câmara. -----

-----O *deputado municipal* **Rui Prudêncio**, interveio no sentido de assinalar que de facto aquilo que aconteceu foi uma catástrofe, muito estragou, e infelizmente, esta não é a primeira vez que os torrienses são afetados por situações de calamidade. Em 1983 tiveram as maiores cheias de memória, regularizou-se o rio e hoje, provavelmente sem essa obra, Torres Vedras teria ficado bem pior do que estava hoje. Em 2009 tiveram também aquele fenómeno de ventos extremos em que tudo o que era árvore também foi destruído. -----

-----Passada agora a situação disse que tem questões que importa serem respondidas, referindo-se concretamente à situação atual da encosta do castelo, que é complicada e coloca em perigo muita casas que ali estão. Assim questionou se aquilo que está a ser feito está a ser

acompanhado e quem é que está a coordenar tecnicamente estas intervenções; se está a ser feito com base nalgum estudo geotécnico, já se fez, e se o IPPAR já foi notificado, pois o castelo é um monumento nacional e por fim, o que é que o executivo pretende fazer em seguida, para além de monitorizar o deslizamento das terras.-----

-----Também tem uma questão sobre a A8, na medida em que durante o estado de calamidade, o governo isentou o pagamento de portagens na A8 a um conjunto vasto de concelhos afetados. O concelho de Torres Vedras também teve, como já foi dito, inúmeras vias cortadas, tendo servido A8 como uma via de escoamento de tráfego, principalmente de quem vinha de Santa Cruz e de toda aquela zona norte do concelho, via a autoestrada como um ponto de passagem para Torres, Vedras, assim como da freguesia de Dois Portos que pode utilizar a A8, questionando a razão de não terem tido esta isenção.-----

-----Questionou ainda se o presidente da Câmara alertou o governo, se fez alguma *démarche* nesse sentido, porque de facto fazia sentido que os torrienses pudessem utilizar esta via sem pagar como noutros concelhos que também tiveram os mesmos problemas.-----

-----Igualmente no âmbito da temática em epígrafe, usou da palavra a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* adiantando que muito já foi dito, mas fazia questão de deixar o seu registo tendo em conta o dever de todos de não esquecer, onde a memória individual e coletiva deve ter um papel a desempenhar, dando a continuidade à melhoria contínua, ao aprender, tanto com as coisas que correram bem, como os erros, nos tempos que seguem estes períodos conturbados. --

-----Nesta sequência e refazendo o histórico do que já foi relatado, desde o início do ano, o país tem vivido uma sequência de eventos climáticos extremos que marcaram profundamente cidadãos, comunidades, empresas, infraestruturas e ecossistemas. Este é um período difícil a diversos níveis para o país, para a zona centro, para Torres Vedras, em que se tornou difícil lidar com fenómenos dificilmente controláveis que deixaram danos e prejuízos muito significativos, recordando no entanto, que a natureza mantém os seus ciclos, independentemente das intenções ou desejos das populações e assim, prevenir, mitigar, antecipar as consequências mais danosas com estratégias, medidas e ações, algumas delas já previstas em planos agendados nos seus cronogramas, mas que muitas vezes não passaram do papel ao terreno, é algo que se torna pertinente e que urge passar à prática.-----

-----Prosseguiu dando nota que o que aconteceu, obviamente, ultrapassa a capacidade de resposta tradicional e evidenciou que a articulação entre as várias entidades envolvidas é complexa, registando-se, no entanto, conforme já foi dito, que a resposta às ocorrências no concelho de Torres Vedras funcionou maioritariamente bem, tendo-se percebido também a existência de consenso em relação às medidas tomadas e que este contexto demonstra a necessidade de se manter coordenação eficaz em diferentes organismos para enfrentar desafios

a esta escala.-----

-----Disse ainda que com consciência neste momento de calamidade que atravessam, não podem deixar predominar nos tempos seguintes o ditado da memória curta, pois há necessidade de manterem a memória viva, de não relevarem ao esquecimento que a terra é vulnerável, mutável, que os seres vivos são vulneráveis, que o meio natural é construído onde estão e onde vivem o dia a dia também. -----

-----Concluindo apelou que tenham em consideração o dever de não esquecer, abrangendo cidadãos, comunidades, instituições e as várias entidades públicas e privadas, e que iria partilhar por escrito algumas recomendações sobre a matéria com a Assembleia Municipal. -----

-----Em resposta a algumas das questões relacionadas com o tema em título, **o presidente da Câmara** dirigiu-se ao autarca José Damas Antunes, e relativamente à linha do comboio, confirmou que se trata de uma situação muito complicada, em que a própria OesteCIM vai tomar uma posição junto do ministro, porque há vários concelhos com problemas devido ao encerramento da linha do Oeste e também já esteve em contacto com a Barraqueiro que está perfeitamente disponível para substituir os comboios que neste momento não estão a funcionar, ou seja, é apenas uma questão de ligação entre a CP e a Barraqueiro.-----

-----No tocante à intervenção do deputado municipal Hugo Lucas esclareceu que tiveram cerca de 40 km de vias rodoviárias afetadas, e 40 km de condutas, mas com todo o gosto e em estreita colaboração e sintonia com os três vereadores do Partido Socialista e a vereadora do Chega, têm partilhado toda a informação necessária e também disponibilizarão o levantamento que foi enviado para a CCDR na sexta-feira, que engloba não só a listagem dos problemas a nível de infraestruturas públicas, mas também dos equipamentos, das associações e de particulares. -----

-----Sobre a A8, deu nota que tiveram a visita de vários ministros, um deles das infraestruturas e esse tema também foi abordado com o ministro, tendo ficado a saber que infelizmente não tiveram isenção, mas como é do conhecimento geral, houve concelhos muito mais afetados que Torres Vedras, onde foi de facto isentada a portagem. -----

-----Agradeceu as palavras dos deputados Fernando Guerra, Herculano Raposo, Jorge Santos, António Bastos e da Ana Teresa, mas sobre rios e árvores pediu à senhora presidente da mesa e recebeu a devia anuência, dar a palavra ao **Vereador Diogo Guia**.-----

-----O Vereador começou por dizer que os deputados municipais que fizeram a intervenção sobre este tema estão certamente informados o suficiente porque acompanham com certeza as conferências de imprensa que a Câmara Municipal deu, nomeadamente aquela em que anunciou o que iria fazer especificamente após os temporais, por saberem que é um tema que suscita muita paixão, mas convinha que se mantenha no domínio da racionalidade e não seja utilizada de forma demagógica, pelo que convidou-os a estarem presentes na conferência de imprensa que se vai

realizar na presente semana, onde fornecerão dados muito mais claros, porque ouviram todos que as apreciações que foram feitas, foram na base de dúvida, de percepções, de convicções, de aparências.-----

-----Assim gostaria de deixar os deputados e todos os munícipes descansados repetindo aquilo que têm dito desde o início das intempéries. Não tomam nenhuma decisão por capricho e muito menos por arbitrariedade política, e para saberem bastava terem andado na madrugada de 28 pelo concelho, mas parece-lhe que se referiram apenas à questão da cidade, pese, embora a esmagadora maioria das intervenções desencadeadas, nomeadamente pelos sapadores florestais, foram no concelho pois todo o concelho foi afetado. -----

-----Houve muitos postos de eletricidade que caíram por causa de árvores, houve árvores que caíram em cima de casas e carros, e nos Cucos, por exemplo, as árvores mais antigas da cidade, caíram em cima do Casino. -----

-----Relativamente à cidade, houve de facto intervenções, em particular na Expotorres, na Encosta do Castelo, no Parque do Choupal, no Jardim da Graça, na Rua Henriques Nogueira, na Princesa Maria Bendita, no cemitério de São João, e na Rua Gomes Leal da Ascensão, na escola Madeira de Torres, e na APECI Torres Vedras.-----

-----Deu nota que 191 árvores foram cortadas por estarem caídas ou tombadas, 377 árvores foram abatidas por estarem em risco, e 6 árvores podadas em risco, num total de 574 árvores. As intervenções que foram levadas a cabo têm a ver com o que propuseram no programa eleitoral que é haver uma política de gestão de arvoredo municipal que não existia. -----

-----Sobre a encosta do Castelo, informou que há relatórios escritos que podem disponibilizar ao órgão deliberativo, desde 2010, 2015, 2018, 2023, dizendo que aquele arvoredo não era adequado para a Encosta do Castelo, justamente porque já tinham tido quedas de muralhas em 1929, a mais antiga registada é de 1877 e depois tiveram intervenções pontuais em 1948, 1959, e 1970. Classificou de pouco feliz a alusão ao corte das árvores que estavam nas margens do rio Sizandro no interior da cidade, porque é justamente isso que não se devia ter feito, de acordo com os parece técnicos, na base dos quais assentam todas as decisões. -----

-----Salientou que não houve nenhum tipo de decisão política, foram tomadas as decisões que deveriam ter sido tomadas, em relação a situações que colocavam pessoas e bens em risco, e é particularmente infeliz esse exemplo porque aí é que foi destruída a chamada galeria ripícola, ou seja, foi uma medida que foi tomada de forma arbitrária. -----

-----Por outro lado, considerou também particularmente infeliz fazer alusão a um pinheiro localizado entre a Rua Santos Bernardes e a Rua Humberto Delgado, porque é óbvio, que o deputado que o referiu, não é morador daquele prédio, porque aquele pinheiro que devia estar num pinhal obviamente e não no centro de uma cidade, estava a ser continuamente de há vários

anos para cá podado só de um lado para que os troncos não entrassem dentro das janelas e das varandas das pessoas. Portanto, é óbvio, que quem lá mora não quer o pinheiro ali e este pinheiro não era pertinente. -----

-----Terminando relativamente à encosta do Castelo, deu nota que a partir do deslizamento que houve, a rua por trás do espaço Bang desapareceu, devido por um lado, a um deslizamento, por causa da intensidade da água que estava a cair e pelo chamado efeito rotacional, ou seja o efeito rotacional por baixo da terra, foi o que fez levantar o muro de betão e que fez desaparecer aquela estrada, como lhe foi explicado pelos técnicos.-----

-----Relativamente às medidas que foram tomadas a partir do dia 4 de fevereiro, quando esse problema se manifestou, explicou que constituíram um grupo técnico de geólogos da Câmara Municipal, também de pessoas que se ofereceram, nomeadamente uma perita engenheira geotécnica norueguesa, especialista nesta matéria que trabalha para o governo norueguês, mas vive no concelho, e chamaram o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que considerou que as duas medidas principais que tomaram foram corretas, tendo a primeira sido retirar a biomassa de cima da encosta toda, precisamente para evitar o deslizamento, porque caíram árvores gigantes e drenar o mais possível, ou seja, tirar água de cima da encosta. E foi isso que fizeram. -----

-----Por último disponibilizou-se para dar informações mais exaustivas, que não podia estar a dar em plenário, no entanto podia adiantar que o IPPAR, (Instituto Português do Património Arquitetónico) esteve a fazer uma visita nos dias 18 e 19 ao concelho.-----

-----Frisou que este Executivo leva muito a sério esta matéria, assim como no que respeita às árvores, mas muito mais a sério a segurança das pessoas do que qualquer elogio puro e simples ao ambiente e ao verde, porque nessa matéria não aceitam lições. O que disseram vão cumprir, ou seja, plantarão três árvores por cada árvore que retirarem, e nesta altura “do campeonato” já estão muito à frente desse número. -----

-----Ainda sobre o assunto em discussão, o *deputado municipal Carlos Miguel*, disse que o Grupo Municipal do PS agradece o convite para ir às conferências de imprensa, mas não é essa a função dos membros da Assembleia Municipal. A função enquanto membros da Assembleia Municipal é fiscalizar e é no plenário que têm direito de fazer questões e de receber as explicações, ou seja, este é o espaço natural e normal para terem esta conversa. -----

-----Em segundo lugar, quis deixar registado que, há questões nos abates de árvores que não põe em questão, como as do morro do Castelo, que não põe minimamente em questão, sendo certo que os mesmos técnicos já tiveram opiniões completamente diferentes àquelas que tem hoje, mas isto é a evolução da vida, foi há 10 anos atrás, hoje pensam diferente. Contudo está na posse de um parecer técnico datado de 11/04/2024, por isso recente, assinado pela técnica Ana Aguiar e

com a colaboração da técnica Carla Duarte, no qual se referem ao jardim da Graça e as árvores que recomendam abater não são aquelas que foram abatidas, são outras. -----

----Fez notar que as coisas são o que são, e daí que haja natural desconfiança e natural preocupação, porque se seguiram as recomendações técnicas, esta que é recente, não foi seguida.-----

----Por ultimo referiu que as árvores que foram cortadas são muitas, muita tonelada de madeira, alguma dela preciosa, não se refere aos pinheiros, mas aos jacarandás que são bens públicos, são bens da câmara e têm valor patrimonial, e o Grupo Municipal do PS, na devida altura, vai também querer saber como é que esse valor foi atribuído às mesmas e como é que foram vendidas. -----

----Devidamente autorizado pela mesa, **o vereador Diogo Guia** dirigiu-se ao líder da bancada socialista para fazer notar que era justamente isto que queria evitar, ou seja que o deputado usasse um argumento demagógico e o que acabou de fazer foi exatamente isso, pois usou o relatório de 2024 sobre uma realidade que não era a de 1 de fevereiro de 2026, porque essas quatro árvores que estavam no centro foram abatidas porque estavam comprometidas. -----

----Acrescentou que a arquiteta Ana Aguiar acompanhou-o ao Jardim da Graça para atestar que as árvores tinham ficado comprometidas, que o risco era elevadíssimo e não era aceitável o risco daquela natureza. Todos os freixos que lá ficaram estão t comprometidos, estão praticamente mortos e procuraram encontrar um ponto de equilíbrio porque concordam e nesse ponto o deputado Artur Narciso tinha razão, é preciso garantir o arrefecimento da cidade, é preciso garantir o sombreamento da cidade, agora, não podem é ser demagógicos e estar a utilizar um documento de 2024 para falar de um incidente e de uma decisão que foi tomada em 1 de fevereiro de 2026. -----

----Reforçou que o deputado é useiro e vezeiro a fazer isso, mas tem que fazer um bocadinho melhor, tem que se esforçar um bocadinho mais. -----

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA A QUESTÕES LEVANTADAS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO:-----

----Relativamente à ciclovia de A-dos-Cunhados, o **presidente da Câmara** informou que o projeto ainda não se encontrava desenvolvido, já tendo sido dada indicação para avançarem. -----

----Sobre o Programa ABEM, informou que já deu resposta diretamente à deputada Paula Lopes.

----Quanto aos novos postos de trabalho e recrutamento deu nota que em abril virá à Assembleia Municipal um novo quadro de pessoal, e nessa altura informará em conformidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Pedi novamente o uso da palavra a **deputada municipal Paula Lopes**, para lembrar não viu respondida que a questão que formulou relativamente ao plano municipal de ação climática e às

ações e que foram tomadas relativamente ao rio Alcabrichel. -----

----A **presidente da mesa**, informou que, tendo em conta que já se tinha esgotado o tempo para intervir, o presidente da Câmara esclareceria na próxima sessão ou por escrito tal como fez às perguntas que ficaram por esclarecer da sessão anterior.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TOMADA DE POSSE DAS COMISSÕES PERMANENTES: -----

----A **presidente da Assembleia** disse que iria chamar, para assinar os termos de posse os membros Manuela Pacheco e Nuno Pinto que não tinham estado presentes no dia 12 de janeiro aquando da tomada de posse, assim como o deputado Carlos Filipe, que apesar de ter estado presente não assinou alguns dos termos.-----

----Acrescentou que agora que todos já tinham tomado posse, as comissões iriam iniciar os seus trabalhos e para o efeito pretende reunir com os presidentes das mesmas. Nesta sequência questionou se estavam de acordo que seja criado um grupo de *WhatsApp* com todos os membros da Assembleia Municipal, até porque, teria sido útil nestas alturas das intempéries se tivessem um grupo conjunto, mas não quis tomar essa posição sem auscultar a Assembleia.-----

----Tendo tido a devida anuência, informou que também seria criado um grupo de *WhatsApp* para cada uma das comissões, dando como legitimamente criadas as comissões permanentes para prosseguirem os seus trabalhos, desejando a todos um bom trabalho em prol do concelho de Torres Vedras. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Teve início o período da ordem do dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 8 de 10/12 de 2025, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade o texto da ata apresentada. -----

1 - PROPOSTA N.º 01/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 589, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/02/2026 a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião extraordinária de 12/02/2026, acompanhado do enquadramento que rege esta 1.ª revisão, subscrito pelo presidente da Câmara. -----

----O **presidente da Câmara** começou por informar que, no seguimento do que tinha referido aquando da aprovação em dezembro de 2025, do orçamento para 2026, em que houve uma passagem de compromissos e de gestão corrente do município para 2026, sobrando cerca de € 200.000,00, e que iriam aproveitar o saldo de gerência para inscrever alguns projetos que já

seriam da iniciativa deste novo Executivo, tendo sido apurado o valor de € 11.886.179,26.-----

-----Mais informou que desta verba, € 3.582.128,79 é receita consignada relacionada com as estradas que passaram para o domínio da autarquia e que vieram com algum envelope financeiro para poder haver intervenções quer de reparação, quer de alargamentos, e € 1.652.000,00 ficaram condicionados para as quotizações de transferências da OesteCIM que têm a ver essencialmente com o Passe M e é um valor muito significativo, embora tenha sido feito um trabalho de redução dos valores para este ano.-----

-----Deu nota ainda que sobrou € 6.652.050,47, e deste valor distribuíram € 2.000.000,00 para as juntas de freguesia, em consonância com o que pretendem que é delegar nas juntas de freguesia o trabalho, porque são elas que estão no terreno e são elas que estão mais próximos e para conseguirem ter cada vez mais autonomia para atuar no seu território. -----

-----Distribuíram €1.500,000,00 para a aquisição de betuminoso para as vias municipais, que como disse o senhor ex-vereador das obras municipais, não é significativo o valor orçamentado e assim terá um reforço bastante grande, mas face àquilo que se antevê necessário, é uma “gota de água no oceano”. Estão à data a aguardar indicações não só das verbas que vão ter disponíveis do orçamento de Estado ou de outro qualquer fundo europeu, para intervir nas obras resultantes das intempéries, como também, tão importante como isso, perceberem o processo de agilização para poderem atuar rapidamente no território.-----

-----Sobre esta agilização explicou que todos têm conhecimento, que há processos que demoram imenso, nomeadamente concursos públicos, mas já foi publicado um decreto-lei nesse sentido, contudo querem também perceber rapidamente como os municípios irão poder cabimentar nos seus orçamentos estes valores que vão ter que investir no próximo ano/ano e meio.-----

-----Com o objetivo de reforçar o investimento na área de Resíduos Sólidos Urbanos, esta revisão também prevê a transferência de 1 milhão de euros, essencialmente para a realização de obras e outros investimentos nos SMAS, abrindo a possibilidade para adquirir três camiões de recolha de resíduos e da construção, colocação de contentores semienterrados para permitir um armazenamento muito superior ao que hoje existe no concelho, para ver se conseguem de vez, resolver o problema da recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

-----Indicou que a revisão também contempla um reforço de apoio às associações, no valor de € 500.000,00 porque a verba foi completamente absorvida por todos os compromissos que existiam e € 300.000,00 para apoio à contratação de médicos de família. -----

-----Aproveitou para dar nota que para a unidade de saúde de S. Pedro da Cadeira concorreram três empresas que estão selecionadas, e com o apoio da autarquia já existem boas perspetivas de ter uma empresa que irá a vencer o concurso que foi aberto na modalidade “modelo C” e em breve irá abrir um para a cidade. -----

-----Relativamente ao valor de € 200.000,00 previstos para a construção do Centro Cívico de Santa Cruz, será para iniciar o processo. Neste momento estão a rever o projeto e vão lançar concurso este ano, estando previstos também valores para 2027 e 2028 para finalmente terem um “centro cívico” ou outro nome que venha a ter o equipamento pretendem construir. -----

-----Esta proposta de revisão apresenta ainda verbas para alguns projetos porque é necessário ter projetos para poderem angariar financiamento: Pavilhão Desportivo Municipal, Reabilitação da EB 2,3 do Maxial, Madeira Torres e requalificação, projeto de reabilitação e cave da EB 2,3 do Padre Francisco Soares e Parque Municipal de Santa Cruz. -----

-----Concluindo, indicou que queriam fazer mais, mas infelizmente não houve dotação para isso, e agora compete a este novo executivo gerir, depois de introduzir esta alteração que ficará, espera, aprovada pela Assembleia Municipal nesta sessão, para começarem a gerir o orçamento e dentro do possível, conseguirem concretizar os novos investimentos apresentados na proposta. -----

-----O *deputado municipal Artur Narciso*, reportou-se ao valor de € 150.000,00 inscrito para o projeto do Pavilhão Desportivo Municipal, ao qual nada tem contra, para inquirir sobre a localização do mesmo, ou seja, se será em Torres Vedras com uma função de apoiar mais as equipas desportivas que existem em Torres ou se, pelo contrário, dado que irão ter uma estrada nova para Santa Cruz, vão descentralizar esta infraestrutura para criar outros elementos âncora fora da cidade de Torres Vedras. -----

-----O *deputado municipal Hugo Lucas* começou por dizer que, não há uma nota explicativa da revisão e era bom que nas próximas pudesse aparecer, porque dá uma noção dos caminhos que a câmara pretende seguir. Prosseguiu dizendo que quando viu o valor de € 1.000.000,00 inscrito na revisão em análise para os SMAS, pensava estar relacionado com o momento que estão a viver e faria sentido que existisse este reforço, se bem que a proposta apresentada faça todo o sentido, porque faz sentido reforçar os investimentos a nível do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, mas abordaria novamente este assunto no ponto seguinte, quando discutissem a 1.ª revisão do orçamento dos SMAS. -----

-----No tocante ao valor de € 200.000,00 para o Centro Cívico de Santa Cruz, que estão definidos para obra, é um montante manifestamente insuficiente, questionando para o que vai servir este valor exatamente, pois não entendeu a explicação do edil. Aproveitou também para indagar se existe um valor estimado para a obra e quando é que seriam executados estes € 200.000,00 até porque, faria sentido que este valor pudesse ser alocado para mitigar algumas intervenções resultantes das recentes intempéries. Questionou ainda em relação ao Parque Municipal de Santa Cruz, a que se destina exatamente a requalificação que está prevista qual o âmbito da intervenção e qual é a calendarização. -----

-----A *deputada municipal Susana Neves* começou por dizer que de facto não existe vida fora do

seu lugar e as intempéries que assolaram os torrienses é uma recordatória disso, e perante estes fenómenos da natureza, o que existe é sacrifício para pertencer e medo de perder a sobrevivência. -----

----Nesta sequência fez notar que é com esta reflexão que tem a necessidade de voltar à sua intervenção na sessão de 23 de dezembro e questionar novamente o presidente da Câmara se no orçamento municipal fazia sentido a redução de 4% a nível da área da ação social, e se continua a fazer sentido. -----

----Disse não ter dúvidas que o edil sabe à letra, ao número, ao rosto, as famílias, as crianças, os mais idosos e todas as pessoas com incapacidades que lhes foram exigidos, deslocamentos, refúgios forçados, as habitações que ficaram danificadas, a perda de identidade territorial com rotura momentânea das redes comunitárias e escolares que geraram vulnerabilidade económica, insegurança alimentar, ansiedade, exclusões sociais, pelo que pergunta que números foram estes.

----Prosseguiu para salientar que na primeira revisão do orçamento municipal, em discussão, era importante a reposição dos 4% na área da ação social para responder a estes mesmos números, a estes rostos, às famílias torrienses e questionou que dotação está nas grandes opções do plano para 2026 para responder às situações de emergência e flagelo habitacional, às situações de emergência social e alimentar, até porque se observa neste momento um florescer de bolsas de bens alimentares em associações e coletividades para responder de forma filantrópica caritativa, na maioria sem um diagnóstico técnico, a carências familiares de famílias torrienses, questionando igualmente onde está a intervenção do Centro de Atendimento Social Integrado do município.-----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que ouviu com atenção a explicação do presidente da câmara relativamente aos € 300.000,00 para fixação de médicos ou atração de médicos, mas não percebeu se este valor é para a USF tipo C de São Pedro da Cadeira, pois havendo uma empresa que concorreu, com certeza que vai concorrer com os valores que foram abertos naquele concurso e, portanto, não há acréscimo aos valores que lá estão.-----

----Deu nota ainda que Loulé vai ter quatro USF tipo C, mas não sabe quantas é que foram abertas para Torres Vedras e gostava de ser informado para onde e quem são as empresas que concorreram. -----

----Por último e relativamente ainda ao montante de € 300.000,00 previsto na 1.ª revisão em análise inquiriu se existe algum regulamento para essa distribuição financeira e para quem é este valor, se afinal não é para a USF.-----

----A *deputada municipal Vanda Silva* começou por assinalar que o documento orçamental refletia um período de transição marcado por compromissos assumidos do anterior executivo e nesse sentido, encontrava-se já prevista a necessidade de proceder a uma revisão após o apuramento do saldo de gerência 2025. O saldo apurado é de cerca de 11,9 milhões de euros,

contudo, parte significativa deste montante encontra-se afeta a compromissos específicos para as seguintes áreas: educação, com grande aposta na requalificação de estabelecimentos escolares, designadamente as escolas padre Francisco Soares, Madeira Torres e Maxial, promovendo melhores condições para os alunos e para as comunidades educativas; infraestruturas, prevê-se investimento na rede viária municipal e no reforço do serviço municipalizado de água e saneamento, sendo este investimento prioritário após as intempéries, que causou elevados danos no nosso concelho; reforço de apoios financeiros às juntas de freguesia e associações, reconhecendo o papel fundamental destas entidades na coesão social e territorial; na saúde, apoio à contratação de médicos de família, medida que demonstra atenção às necessidades da população nesta área; e investimento na requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz e futuro pavilhão desportivo municipal, que reforçam a dinâmica social e desportiva do concelho. ----

----Reforçou que a revisão orçamental em análise representa um instrumento de gestão responsável, permitindo aplicar o saldo positivo do exercício anterior em investimentos com impacto direto na qualidade de vida dos torrienses, contudo, defendem que os apoios financeiros devem garantir equidade territorial e nestes termos e considerando o interesse no melhoramento do concelho e no bem-estar da população, o grupo do Partido Chega votará favoravelmente a revisão aos orçamento para 2026 e acompanhará a sua execução e fiscalização. -----

----Teve de seguida a palavra a *deputada municipal Dina Almeida* referindo que o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras esperou para intervir neste momento, pois tal como era esperado e como foi dito na sessão de dezembro, quando aprovaram o orçamento para 2026, em que estranharam a ausência de algumas rúbricas e de não haver verbas para alguns dos projetos incluídos no programa eleitoral que tinham proposto desenvolver, aguardariam pelo saldo de gerência para o fazer. -----

----Nessa altura, o atual executivo informou que estava a aguardar pela revisão orçamental para a integração do saldo de gerência, que no caso vertente ascende a € 11.886.179,26, de forma a alocar verbas para os projetos necessários e de acordo com as prioridades e estratégias que tinham para o concelho, e depois da receita consignada ao acordo de mutação dominial celebrado com a Infraestruturas de Portugal e às quotizações e transferências para OesteCIM, ficam disponíveis € 6.652.050,47,00 para os tais investimentos que são estruturantes e necessários para o município de Torres Vedras. -----

----Da revisão em apreço destacou 1 milhão de euros para os SMAS e os melhoramentos que se revelam necessários que são a aquisição de viaturas para a recolha de resíduos sólidos urbanos, pois um objetivo que têm é conseguir combater e minimizar o impacto das dificuldades que se verificam neste serviço. -----

----Destacou igualmente 2 milhões de euros para as juntas de freguesia para se dotar os

executivos das juntas, de mais autonomia financeira, sendo do conhecimento de todos que na sua grande maioria os executivos das juntas foram confrontados com compromissos já assumidos e algumas dívidas muito significativas para pagar, e € 500.000,00 para reforçar as associações do concelho que revela a importância de continuarem a apoiar o associativismo no município de Torres Vedras. -----

----A revisão consigna também 1,5 milhão de euros para melhorar a rede viária, sendo obvio que depois destas tempestades não será suficiente, e têm que aguardar orientações sobre os apoios do Estado e já se consegue com este saldo de gerência ver o programa deste executivo, consignando € 300.000,00 para apoio à contratação de médicos de família, uma das bandeiras da campanha dos Unidos Por Torres Vedras e que era algo que já se falava muito quando estavam na oposição, que se espera ser o primeiro passo para mitigar as dificuldades que têm no território.

----Finalmente aludiu ao centro cívico de Santa Cruz, sendo certo que o montante de € 200.000,00 não chegará, mas estão a falar do início da construção, com dotação para 2026. Vão finalmente requalificar a escola EB 2,3 Padre Francisco Soares com uma verba de € 200.000,00 para a requalificação e € 100.000,00 para o projeto de reabilitação, salientando que muitos anos depois, vêm finalmente uma verba atribuída para a requalificação da cave, que ficou fechada e sem utilização desde a sua inauguração com alguns problemas, como se sabe, de infiltrações. ----

----Destacou também a requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz e o início do que será um pavilhão desportivo municipal que há tanto tempo se fala, com € 150.000,00 para o projeto, que também faz parte do programa eleitoral e vê-se realmente, que esta primeira revisão pretende de facto incluir aquilo que são projetos estruturantes para o concelho, inscrevendo verbas para projeto de requalificação da Escola Madeira Torres e também do Maxial. -----

---- Na opinião do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, o saldo de gerência do orçamento 2025 permite iniciar projetos importantes para o concelho e já definidos pela oposição em executivos anteriores. Não viram reforçadas algumas rúbricas como no caso dos estudos para as circulares, e ficam na expectativa de que estejam a aguardar os fundos comunitários, mas acreditam, por serem considerados no orçamento aprovado que são suficientes. -----

----Congratulam-se por ver valores atribuídos àquilo que foram as propostas que apresentaram aos torrienses na campanha eleitoral e que esperam ser o início de tudo o que pretendem fazer e não defraudar as expectativas daqueles que neles votaram, pelo que a 1.^a revisão em discussão terá a aprovação deste grupo municipal. -----

----O *deputado municipal Carlos Miguel* começou por fazer a seguinte pergunta ao presidente da Câmara, embora dizendo que sabia de antemão qual seria a resposta, “se não tivessem esta intempérie, este estado de calamidade, esta revisão orçamental era igual ou era diferente àquela que está” para assinalar que esta revisão orçamental não reflete minimamente o estado em que o

concelho está, ou seja, esta revisão orçamental, muito embora estejam a falar de uma verba que é escassa, 6,6 milhões de euros, não dá qualquer sinal de resposta àquilo que é elementar e que é urgente no concelho. -----

-----Disse ainda que se orçamento para 2026 foi o orçamento do anterior executivo, esta revisão orçamental é a revisão feita antes da intempérie, porque não acredita que o executivo depois da intempérie, daquilo que tem sofrido e que sofre todos os dias para pôr o concelho “como estava”, que é o mínimo, depois não reverta e não dê um sinal nesta revisão, alocando verbas onde elas irão ser necessárias, a menos que estejam à espera que a administração central financie tudo a 100%, o que o faria muito feliz, mas era a primeira vez na história de Portugal. -----

-----Lembrou ao presidente, porque viveu isso com ele e sabe, que quando entraram na Câmara Municipal em 2001, ainda pagaram as últimas prestações do empréstimo das cheias de 1983, e por isso, se agora for a 100%, será excelente e todos se regozijam, mas não esperem por isso, porque não é essa a prática, e por isso fica muito surpreendido por não ver aqui reforços de verbas para aquilo que é preciso nas estradas, pois este 1 milhão de euros que está nas estradas é o montante que faltava no orçamento, relativamente ao orçamento 2025, não é propriamente um reforço, é uma reposição. -----

-----Continuando a sua análise à revisão em discussão, disse que alocam verbas sem saber aonde é que elas são aplicadas. -----

-----Especificou que acabou de ouvir a intervenção da deputada Dina Almeida referente aos € 200.000,00 alocados ao centro cívico de Santa Cruz, mas tem a ideia que há 10 ou 12 anos atrás o orçamento era superior a 2 milhões e presentemente, se calhar, há de estar em 3 ou 4 milhões. Era uma obra que ele tinha todo o gosto em ver concluída, até porque teve muito do seu executivo e ainda mais da sua “mão”, mas tem que questionar para que serve este valor. -----

-----Por sua vez, ver obras para um projeto de € 150.000,00 para um pavilhão, quando não há programa para o pavilhão, nem localização para o pavilhão, o leva a questionar que projeto e para onde. -----

-----Assinalou que o Grupo Municipal do PS só se congratula com 1 milhão de euros de reforço de verba no SMAS porque embora venha referido que é para contentores e para carros, pode ser para contentores, para carros, também sabem que há a flexibilidade suficiente para ser para outras coisas e esse é o único sinal que têm que o concelho está em situação de catástrofe. -----

-----Terminando disse que “é uma falta de consideração para a assembleia enviar-nos isto, ou seja, para nós sabermos onde é que há o reforço de verbas, obriga-nos a lamber muito papel e comparar com o orçamento, que é uma coisa extremamente difícil, sendo fácil dar uma nota explicativa ou simplesmente mandar aquilo que foi a reunião de câmara. Nós sabíamos logo para onde eram as verbas. Não tivemos acesso a isso e dificulta-nos o trabalho de fiscalização.” -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, dirigiu-se ao interveniente anterior dizendo que o deputado Carlos Miguel, como sempre gosta de fazer umas “flores”, ser eleitoralista, demagógico, um misto de tudo. -----

-----Começando pelo Centro Cívico de Santa Cruz, declarou ser verdade que quando entraram na Câmara Municipal em janeiro de 2002, uma das primeiras coisas que lhes foi presente pelo anterior presidente de Câmara foi um projeto, para a versão número um do mesmo, mas já existiram muitas versões, esteve mais de 20 anos para ser feito, o deputado esteve na Câmara 10 anos e não fez nada em Santa Cruz, pelo que se esta verba for para o projeto já é bem bom. -----

-----Acrescentou que esta revisão orçamental foi apresentada ao executivo municipal no dia 12/02 é uma primeira revisão, e não podia incorporar, até porque a tempestade tinha acabado de acontecer, tal era o carrossel de tempestades. Obviamente que o executivo municipal fará as necessárias adaptações, e provavelmente na próxima sessão em abril terão uma versão definitiva do orçamento já incorporando todas as fontes de receita que existirem, todas as possibilidades que ocorrerem, todo o cálculo que está ainda certamente a ser feito. -----

-----Deu nota ainda que apenas hoje tinha ido ver os prejuízos que sofreu nas suas propriedades agrícolas, todos ainda estão nessa fase e ninguém tem valores apurados pelo que quer que ao 12 de fevereiro já se soubesse, é eleitoralismo, é demagogia. -----

-----Concluindo, lamentou que o líder da bancada do PS, não tenha tido a hombridade de dizer “o executivo fez o melhor, as pessoas dormiram nos bombeiros, as pessoas trabalharam, os presidentes de junta, o executivo municipal, e os executivos de junta,” e o deputado Carlos Miguel não teve essa capacidade, não teve esse “jogo de cintura”. -----

-----Para responder a algumas questões, foi dada a palavra ao *presidente da Câmara* que em relação ao pavilhão municipal, explicou que está pensado para onde está presentemente o antigo pavilhão Expo, que tem cerca de 30 anos, está completamente obsoleto e degradado pelo que pretendem fazer um pavilhão municipal desportivo, adaptado a multiusos, que é um equipamento completamente diferente do que existe, e o montante adstrito na revisão é para fazer o projeto.-----

-----Relativamente ao Parque Municipal, são obras pequenas, pois € 150.000,00 não dá para muita coisa, mais concretamente a nível do parque infantil e do ringue, ou seja, requalificar aquela zona que Santa Cruz merece. No que concerne ao centro cívico de Santa Cruz, o montante alocado é para abrir concurso este ano, mas nas grandes opções do plano, estão os valores para 2027 e 2028, que são os valores de referência no concurso de há uns anos atrás e agora vão visitar o projeto que já está feito e quantificar para poder depois lançar o concurso. -----

----- Agradeceu às deputadas Vanda Silva e Dina Almeida as referências que fizeram mas iria pedir à deputada Susana Neves que possam discutir em 2027, para perceberem em termos de execução de 2026 o valor que veio trás e os compromissos para aferir a execução que houve na

área social. Aproveitou para lembrar que, como a deputada sabe, existem alterações orçamentais que são feitas durante o ano e que reforçam determinadas verbas, e assim estar agora a falar que há uma redução na área social nesta revisão ou que este executivo não tem essa atenção, não faz qualquer sentido, fará sentido quando aprovarem as contas, e são as contas de 2027 porque as contas de 2025, não são uma execução deste novo Executivo.-----

-----Reforçou que em 2027 apreciarão das contas de 2026 e depois farão essa comparação para se perceber em termos de evolução o que é que está aqui em causa em termos de responsabilidade social da parte deste executivo e desse tipo de investimento. -----

-----Dirigiu-se ao deputado Rui Prudêncio, fazendo notar que o deputado estava baralhado, e sempre esteve baralhado em relação à saúde ao longo destes anos todos, para informar que o montante de € 300.000, serve para apoiar a contratação de médicos de família, quaisquer que sejam esses apoios, adiantando que o concurso para a USF de São Pedro da Cadeira previa uma majoração para quem tivesse apoio das autarquias, e já passaram uma declaração a quem pediu, que iriam apoiar na parte da renda, na parte da contratação de vigilância, água e luz, portanto, é esse apoio que estão a dar. -----

-----Deu nota ainda que se for necessário algum apoio para os médicos, certamente que esse valor sairá dos € 300.000,00, ou seja, é uma política diferente da que o deputado sempre defendeu, que não devia haver apoio de autarquia e este executivo está a dar esse apoio, para ver durante estes 4 anos como é que corre, se começam a ter mais médicos ou não e se vão ter as unidades de saúde familiar com mais médicos. -----

-----Ainda no âmbito desta temática afirmou que a USF de São Pedro Cadeira é a que está em cima da mesa neste momento, a próxima que irá abrir é para a cidade, incluída no Campus de Saúde que irá ter uma unidade de saúde familiar, e enquanto o campus não estiver a funcionar, como todos têm conhecimento porque já vinha do executivo anterior, não é nenhuma novidade, poderá começar a funcionar na Ventosa e a partir de aí, depois, transporem para o Barro.-----

-----Assegurou que estão atentos e em cima do acontecimento. -----

-----No tocante às intempéries, esclareceu que esta revisão foi feita há cerca duas semanas atrás, e o deputado Carlos Miguel já tem “idade suficiente e experiência suficiente” para perceber que numa revisão com 6 milhões de euros não há magia para conseguir colocar 40 milhões e aguardam por indicações do governo, que esperam venham céleres, sobre a forma como irão cabimentar porque é impossível fazer tudo o que têm a fazer com cerca de 6 milhões de euros. ---

-----Sobre este assunto, alertou que o valor de € 1.277.000,00 inscrito na revisão dos SMAS para fenómenos extremos, tem precisamente a ver com as intempéries, porque já houve muitos procedimentos que foram adjudicados, ou seja, já estão no terreno há muito tempo a executar e a trabalhar. -----

-----Por último, sobre a referência que é uma falta de respeito a introdução ter ido a reunião de Câmara Municipal e que devia constar na agenda da sessão, fez notar que essa foi a indicação que deu, mas pediu que o deputado tivesse mais de cuidado no modo como se expressa, pois tem a perfeita consciência que há a nota introdutória, porque recebe a agenda da Câmara Municipal, e percebe que às vezes existe uma grande vontade de meter “um bocadinho areia na engrenagem”.

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação: -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2026 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----O deputado municipal *Carlos Miguel* proferiu em nome do **Grupo Municipal do PS** a seguinte **“Declaração de voto.”**-----

-----O Partido Socialista votou favoravelmente a Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da CMTV, 2026, tão somente por as mesmas incluírem 1 milhão de euros de reforço do orçamento dos SMAS, única verba que, direta ou indiretamente, pode vir responder aos estragos provocados pela intempérie que assolou o nosso Concelho.-----

-----Numa altura em que Torres Vedras esteve em Estado de Calamidade, não se compreende que os mais de 6 milhões de euros de saldo disponível não sejam utilizados para reforço de verbas que respondam diretamente á reposição da normalidade no nosso Concelho, como a reconstrução de Estradas Municipais, a construção de taludes ou muros de suporte, a aquisição de novas árvores ou no apoio social às famílias desalojadas.-----

-----Para o Partido Socialista, este não é tempo de aplicar 200 mil euros no início da construção do Centro Cívico de Santa Cruz ou 150 mil euros no projeto do Pavilhão Desportivo Municipal o qual não tem sequer localização nem programa definidos.-----

-----Reconhecemos a legitimidade democrática da maioria que gere a Câmara Municipal, mas estas nunca seriam as opções nem as prioridades do Partido Socialista em tempo de pós calamidade.”-----

-----Pediu a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* que em nome do **Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras**, proferiu a seguinte **Declaração de voto:**-----

-----“O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras votou favoravelmente esta revisão orçamental estando certo que oportunamente, contrariamente ao que outros dizem de uma forma, “desrespeitosa” e sem qualquer fundamento, a Câmara Municipal e o Executivo irá alocar os recursos necessários, irá fazer as revisões e alterações que forem necessárias para colmatar as dificuldades que sentimos e que se sentem ainda no nosso concelho, tal como fizeram no

momento de emergência, estando sempre presentes com uma presença firme e, bastante ativa dia e noite, contrariamente de outros que não o fizeram e que neste momento fazem eleitoralismo invocando projetos que devem ser continuados, porque, como diziam outros, em outros momentos, há várias fases, há várias áreas no orçamento que devem ser devem ser continuadas. Temos que reestruturar o nosso concelho, temos que repor, mas também há outras áreas que não podem parar.” -----

2 - PROPOSTA N.º 02/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026 - INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2025 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 591, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/02/2026 a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião extraordinária de 12/02/2026. -----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**, que numa breve apresentação começou por dar nota do reforço no montante de € 1.277.000,00, para reabilitação de algumas condutas danificadas na sequência dos eventos meteorológicos extremos. -----

-----Elencou que esta revisão com o objetivo de reforçar o investimento em obras de saneamento contempla € 1.277.000,00 para obras de água e € 420.000,00 para resíduos urbanos, que incluiu a aquisição de contentores semienterrados, cerca de € 162.000,00 para serviços de perdas de água e substituição de contadores, e uma série de outras pequenas somas, ao que acresce cerca de 2,5 milhões de euros que a câmara irá transferir efetivamente para os SMAS e mais 1 milhão de euros para reforçar o investimento na área de resíduos urbanos, precisamente para dar um sinal e poderem intervir após os danos significativos que sofreram e para conseguirem de vez, durante o ano 2026, conseguir resolver os problemas associados a este serviço. -----

-----Teve de seguida a palavra a **deputada municipal Dina Almeida** que na senda do que já falou no ponto anterior, e não entrando em valores, destacou o investimento para o melhoramento do serviço de resíduos sólidos urbanos, a aposta nos equipamentos de controle de perdas de água e contadores, que há muito que era necessário, valores alocados à rede de águas e de saneamento em cerca de 1 milhão de euros. -----

-----No que se refere ao reforço dos projetos inscritos em PPI deu nota de alguns, tais como, a nível do saneamento, da remodelação das redes de saneamento na Louriceira, Orjariça e Casal Arneiros, e no que se refere ao abastecimento de água, incluiu verbas para Ameal, Barra e Serra da Vila e ainda rubricas para reforçar o serviço pedagógico, o Projeto de UrbanAdaPT - rede urbana para a resiliência climática. -----

-----Fez notar que como disse o presidente da Câmara haverá mais verbas necessárias para os

SMAS pelo trabalho e pelas intervenções que foram obrigados a fazer nestas intempéries, mas interessa como informação importante a reter que com o saldo de gerência tentam melhorar a vida dos munícipes, no que diz respeito à recolha dos resíduos sólidos urbanos, água e esgotos. -----

----Por último anotou que ao analisar o documento, o grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, deparou-se com uma verba para reabilitação das redes de esgotos e pluviais, na rua Teresa de Jesus Pereira, uma rua que foi intervencionada há pouco tempo, à pressa, no final do mandato anterior, o que certamente significa que vai ser partida e refeita, o que estranham tendo em conta o valor do investimento que já foi feito exatamente na mesma área. -----

----O *deputado municipal Hugo Lucas* anunciou que seguindo aquilo que tem sido a lógica do PS nesta sessão, o grupo municipal do PS vai votar favoravelmente este ponto. -----

----Referiu que esta revisão orçamental dos SMAS, é absolutamente compreensível face à dimensão dos acontecimentos recentes, e efetivamente a rede de abastecimento sofreu impactos significativos e a resposta exige também este ajuste financeiro, de € 1.200.000,00, que o levou a pensar que milhão de euros que estava no orçamento da Câmara era para fazer face às ocorrências.

----Quis deixar sublinhado o aspeto positivo da apresentação dos documentos em discussão, ou seja, uma nota explicativa acompanha esta revisão que lhes permite perceber quais são os caminhos que pretendem trilhar e a que se destina efetivamente a revisão, o que faz com que toda a situação seja mais clara para todo o plenário. -----

----De qualquer forma, e conhecendo o trabalho dos SMAS e a forma como funcionam, gostaria de saber se já existe uma definição para que obras em concreto vai ser alocado o valor de € 1.277.000,00, e quando pensam ter essa situação resolvida. -----

----Aproveitou para fazer uma menção aos trabalhadores do SMAS, aos funcionários municipais, das juntas de freguesia, presidentes de junta e a todos os que colaboraram com os SMAS nesta altura. Sabe que estiveram a trabalhar em condições muito difíceis e com risco real face à profundidade de condutas para repor o abastecimento de água e devolver a normalidade dentro do possível às populações e merecem este registo pelo esforço que tiveram. -----

----Relativamente à questão sobre a Rua Teresa de Jesus Pereira, o presidente da Câmara solicitou que fosse a diretora delegada dos SMAS, que estava presente a esclarecer, o que teve a devida anuência.-----

----A *Eng.ª Sandra Pedro* esclareceu que se trata de um projeto conjunto com a Câmara Municipal, que tem a ver com a requalificação urbana da Teresa de Jesus Pereira, na linha do que estão presentemente a levar a cabo a Rua Álvaro Galvão, em que os SMAS fazem a parte das redes e a câmara a requalificação urbana da rua, mas de momento só existe um projeto para as redes.-----

-----No tocante à questão do deputado Hugo Lucas, informou que já têm previsto algumas intervenções, mais propriamente nas condutas adutoras que servem os sistemas das zonas de Santa Cruz, São Pedro da Cadeira e Ventosa que foram afetadas na durante a intempérie. Já estão a preparar a memória descritiva e o caderno de encargos, que será mais ou menos meio milhão, pensando que até depois do verão ficará a obra concluída. As outras estão ainda em preparação.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo a presidente da mesa submetido o assunto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2026 - integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

3 - PROPOSTA N.º 03/CM/2026 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - EMPREITADA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE A-DOS-CUNHADOS – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 469, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 05/02/2026, a remeter de conformidade com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião ordinária de 03/02/2026, o procedimento em título, para autorização dos encargos plurianuais, informando que o valor da aquisição é de € 6.329.269,97, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e resulta da estimativa orçamental entregue com o projeto de execução, e a obra terá um prazo máximo de execução de 728 dias de calendário, assumindo o início da obra em março 2026, estimando-se que a despesa que totaliza € 6.329.269,97 fique repartida da seguinte forma: 2026 - € 2 756 490,00; 2027 - € 3 406 205,36 e 2028 - € 166 574,61.-----

-----O **presidente da Câmara** explicou que o pedido de autorização em análise permite que a execução da escola comece em 2026 e termine em 2028, sendo os encargos repartidos, os seguintes: € 2.756.490,00 € para 2026 € 3.406.205,36 para 2027 e € 166.574,61 para 2028.-----

-----O **presidente de Junta de Freguesia da Freiria, Vasco Forcada** aproveitou este assunto para dar nota que as EB1, dos Chãos e da Freiria estão em situação muito má, principalmente a de Chãos, devido ao aumento de alunos e já não têm sitio para os pôr.-----

-----Assim e porque pensa que foi uma “bandeira” dos Unidos deixa este alerta, uma vez que a situação não é fácil, e que conta com o novo executivo para que a freguesia possa ter uma EB1 quando mais rápido, melhor.-----

-----O **presidente da câmara** confirmou que está inscrito no programa dos Unidos e é para executar.-----

-----Antes de colocar o ponto à votação a **presidente da mesa** acrescentou que a carta educativa já fazia menção disso e consta em orçamento.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato á votação:-----

-----Tendo presente a sua competência, prevista nos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos da “Empreitada para construção da Escola Básica de A-dos-Cunhados”, a realizar por concurso público, estimando-se que a despesa no total de € 6.329.269,97, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que resulta da estimativa orçamental entregue com o projeto de execução, cuja obra terá um prazo máximo de execução de 728 dias de calendário, assumindo o início da obra em março 2026, fique repartida da seguinte forma: 2026 - € 2.756.490,00; 2027 - € 3.406.205,36 e 2028 - € 166.574,61.-----

4 - PROPOSTA N.º 01/AM/2026 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 23/02/2026, com dados à data de 23/02/2026 e que dá nota do total de disponibilidade no valor de € 11.940.893,20 e € 1.244.415,01 de dívidas a fornecedores.-----

-----O **presidente da Câmara** começou por dizer que faria uma breve apresentação da atividade municipal durante estes dois meses, mais concretamente daquilo que aconteceu a nível político. --

-----Nesse propósito deu nota que tiveram durante o mês de janeiro a “Freguesia Sede Concelho” na Maceira, que mais uma vez correu muito bem, ouviram a população e apresentaram os projetos que têm para a Maceira para os próximos dois anos. Fizeram esta apresentação no último fim de semana e foi em fevereiro porque não conseguiram terminar em janeiro devido às condições meteorológicas severas associadas à sucessão das depressões registadas que levaram à interdição de estradas e tiveram que adiar.-----

-----Fizeram também uma série de reuniões com empresários para construírem o Campus da Saúde, e felizmente têm tido alguns apoios, pelo que continuam neste caminho para conseguir financiamentos privados para os ajudar na construção deste equipamento julgando que todos concordam da sua importância para o concelho.-----

-----Visitaram o IVV para ver os projetos que estavam em cima da mesa e acompanhar a sua execução. -----

-----Na senda do que deu a saber ao plenário na sessão anterior, reuniram com o Instituto Politécnico de Leiria, para os informar que rescindiam relativamente à Escola Superior de Saúde. Lembrou que tinham a expectativa de poder ter uma Escola Superior de Enfermagem em Torres Vedras, e nesse sentido fizeram um acordo com a Faculdade de Medicina de Lisboa para ter um curso superior de enfermagem no Campus da Saúde, que é o que faz sentido, ou seja, concentrar

no mesmo local todas as valências desta área. -----

-----Sobre a escola a que está a ser construída neste momento, no Ex edifício dos SMAS estão a tomar todas as diligências para terem uma escola, das antigas profissões, canalizador, electricista, etc., tendo ideia que só há uma ou duas no país e faz todo o sentido que isso possa acontecer. ---

-----Sobre as intempéries que assolaram o concelho, do que muito já foi falado, deu nota que houve a visita de alguns ministros ao território, nomeadamente o ministro da agricultura, que visitou algumas explorações e anunciou alguns apoios que os agricultores irão ter, assim como da ministra da saúde ao hospital, uma visita relâmpago, na qual lhe comunicou mais uma vez a disponibilidade da autarquia e que precisam mesmo é de ter um hospital no Oeste e lembrou o que sempre defenderam, ou seja há um estudo feito pela OesteCIM, que refere em primeiro lugar o Bombarral, em segundo Torres Vedras.. A ministra, embora não tenha dito a localização respondeu-lhe que o anúncio estaria para breve, porque a seguir ao hospital do Algarve que já foi anunciado, seria o do Oeste e que rapidamente iriam decidir e avançar.-----

-----Ainda relativamente à intempérie, ressaltou que a comunicação social ajudou imenso para comunicarem os problemas que estavam a surgir, relativamente às estradas cortadas e ao encerramento das escolas e a autarquia esteve sempre disponível para fazer o levantamento dos danos, para que todos possam ser ressarcidos, tendo a própria loja de cidadão sido uma ajuda importante no preenchimento dos dados na plataforma, nomeadamente àquelas pessoas que tinham mais dificuldade. -----

-----Como nota prévia o *deputado municipal Carlos Filipe*, fez dele as palavras de todos os intervenientes relativamente à tempestade que assolou todo o concelho e que os torrienses sentiram na pele e estão solidários. -----

-----Sobre o assunto que o levou a pedir a palavra lembrou que o concelho de Torres Vedras atravessou em fevereiro de 2026 uma das maiores crises resultantes de fenómenos meteorológicos extremos que deixaram bem exposta a fragilidade das infraestruturas e a insuficiência do planeamento de sucessos executivos. As inundações, o deslizamento de terra e a destruição de equipamentos públicos e privados atingiram centenas de famílias em localidades como Gibraltar, Carvalhal, Ponte do Rol ou Encosta do Castelo, resultando em prejuízos avaliados, segundo o município, em 30 milhões de euros. -----

-----Prosseguiu dizendo que perante escolas encerradas, atividades suspensas e obrigatoriedade de teletrabalho, os torrienses perguntam-se e com razão se parte destes danos não poderia ter sido evitado caso há anos tivesse havido um investimento sério e estratégico na prevenção, como no caso da Várzea historicamente vulnerável a cheias. -----

-----Frisou que o impacto social foi igualmente profundo, obrigando inclusive ao cancelamento do Carnaval um evento estruturante para a economia e identidade local. -----

-----Nesta sequência declarou que é por isso incompreensível que os partidos com assento na Assembleia Municipal não tenham sido chamados a colaborar ou informados das operações no terreno, pois foram eleitos pelos torrienses e estão disponíveis e obrigados a servir sobretudo em momentos de crise. -----

-----Assim, reafirmou a necessidade de uma ação política responsável, transparente e participada, considerando urgente que o executivo municipal assumira as suas responsabilidades, envolva todos os representantes democraticamente eleitos e coloque com prioridade absoluta a recuperação das famílias, da agricultura e do património afetado por esta catástrofe. Os torrienses merecem mais do que respostas tardias, merecem visão, prevenção e liderança. -----

-----O **presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer ao deputado Carlos Filipe que não percebeu a intervenção, dado que estiveram sempre em estreita de ligação com a vereadora do Partido Chega, e com os vereadores do PS, disponibilizando informação na hora para quem quis acompanhar, manifestando-se desiludido com a intervenção. -----

-----O *deputado municipal Carlos Miguel*, disse que queria colocar três questões muito rápidas, algumas das quais até vinham da última assembleia, porque não houve tempo disponível para completar as mesmas. -----

-----Assim, referiu que tem a convicção que a EB1/JI da Freiria tem projeto feito pelo gabinete de projetos da Câmara Municipal, na base ou inspirado naquela que é hoje a escola de São Pedro da Cadeira, e só faltava “as engenharias”, o que foi prontamente confirmado pelo **presidente da Câmara**, acrescentando que os valores são para o projeto ficar pronto, para lançar o concurso. -----

-----Continuando a sua intervenção, o **deputado** lembrou que na última assembleia, quando elogiou o diretor do Teatro Cine e qual era a intenção para a sua substituição, ficou surpreendido que seria por concurso público, até porque o senhor presidente e bem tem referido que há que ter cada vez menos avençados e cada vez mais gente qualificada, dentro dos próprios técnicos da autarquia, por não ter sido aberto um concurso interno para o preenchimento dessa vaga, até porque tem a intuição que haverá na Câmara Municipal uma, duas pessoas que possivelmente teriam capacidade e vocação para preencher, esta vaga. É uma convicção que tem fundada no trabalho feito por técnicos anteriores, quando tiveram um diretor do Teatro de Cine mais ausente do que presente. -----

-----Reportando-se à excelente reunião de esclarecimentos que tiveram previamente à Assembleia Municipal sobre a Carta Educativa e com o Chefe de divisão Miguel Neto e com vereadora Rita Sammer em que ficaram a saber que para a reestruturação da nova EB1 na cidade, não foi contemplado nos estudos o espaço que é hoje a Loja do Cidadão, e como também foi dito, que a carta educativa aprovada pela Assembleia Municipal iria ser revista com tempo, porque foi aprovada à pressa, para não perder oportunidades, sugeriu que este espaço pudesse

ser contemplado e ser dado conhecimento das conclusões apuradas. Referiu ainda que, não considerar este espaço acha estranho, na medida até que está planeado a Loja de Cidadão ter um espaço próprio, cuja obra estará concluída dentro de 2, 3 meses. -----

----Por último, e voltado às intempéries, mas com uma situação nova, deu nota que da foz do Sizandro, desapareceu a praia, o mar levou-a, e se disser que 3/4 das dunas desapareceram não é estar fora da realidade. Assim, a sua grande preocupação é que se costuma dizer que “aquilo que o mar leva o mar traz”, mas a grande parte do “roubo” da duna não foi pelo mar, foi pelo rio, e não há ditado popular que diga “aquilo que o rio leva, o rio traz”, antes pelo contrário, pelo que questiona se a Câmara Municipal já diligenciou junto da APA para saber como é que se pode atingir a normalidade, até porque é da responsabilidade desta agência toda a proteção daquele cordão lunar.-----

----Disse ainda que vê pelas televisões que há muita preocupação no norte do país, que é legítimo, mas Torres Vedras tem esta preocupação e devem lutar pela mesma, porque sem aquele cordão dunar não sabe o que é que vai acontecer à foz, foz essa em que hoje mesmo o rio cavou uma nova abertura, e assim tem duas aberturas para o mar, que é algo que a todos certamente preocupa. -----

----Usou da palavra o **presidente da Câmara** que, começando pela Foz do Sizandro e sobre as arribas do concelho, esclareceu que estão a acompanhar a situação e estão em contacto permanente com a APA, não só por causa da Foz do Sisandro, mas também, por causa do acesso ao porto de pesca da Assenta, que neste momento está completamente interdito, acarretando um prejuízo enorme. -----

----Aproveitou para lembrar que também têm problemas relativamente à praia de Porto Novo, porque se não avançarem com uma intervenção naquele molhe qualquer dia também a praia do Porto Novo deixa de existir, ou seja têm muitos problemas para resolver de uma ponta à outra da costa para os quais, em conjunto com a APA esperam encontrar soluções. -----

----Relativamente ao espaço onde se encontra atualmente a Loja do Cidadão esclareceu que a loja irá para junto do Mercado Municipal, precisamente para o local onde estava prevista desde o início, e equacionam afetar este espaço à proteção civil e fazer um estacionamento que já é do conhecimento público, lembrando a proposta que apresentaram ao anterior Executivo para a construção de cerca de 600 lugares na zona que irá encostar à área que agora sofreu uma derrocada e está perigosa, pelo que esta intervenção tornou-se agora mais urgente. Assim, entendem que é urgente avançar com este projeto, mas não será nenhuma escola que irá ficar naquele local.-----

-----Sobre a substituição do diretor do Teatro de Cine, informou que não será só um diretor do Teatro de Cine, mas um diretor-programador para toda a atividade cultural, ou seja, vão poupar um valor significativo, porque esta pessoa irá fazer o trabalho de duas pessoas. -----

----- Em relação às avenças, pode também já esclarecer que não vão acabar com as avenças todas, mas pretendem abrir concursos para os avençados que estão a tempo inteiro na Câmara, ou seja esses lugares vão ser preenchidos através de concursos e virá ao órgão deliberativo em abril essas necessidades, embora haja algumas avenças, tais como dos professores para as atividades de enriquecimento curricular, que serão necessárias. -----

-----Quanto à perceção do deputado Carlos Miguel que existem uma ou duas pessoas com capacidade para ocupar o cargo de diretor de programação, não os identifica nos quadros da Câmara Municipal e pensa que só vão conseguir atrair bons profissionais se for através de concurso, mas essas pessoas a que o deputado alude se quiserem arriscar, podem concorrer. ----

-----Por sua vez a *deputada municipal Dina Almeida* interveio para questionar o deputado municipal Carlos Miguel, que apresentou um estudo de 2024 relativamente à questão das árvores, onde podem ter acesso porque pensa que não são documentos públicos. -----

-----Acrescentou que como vereadora na Câmara Municipal de Torres Vedras lembra-se de ser tão difícil de obter informação e gostaria de saber como é deputados do Grupo Unidos por Torres Vedras, poderão eventualmente ter acesso a este tipo de documentos que à partida parecem internos.-----

-----Sobre esta última questão o **presidente da Câmara** disse que quer acreditar que tenham sido os vereadores do PS que estiveram em funções que o tenham fornecido.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

4.1 - PROPOSTA N.º 02/AM/2026 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

-----Ofício número 5862 de 29/12/2025, deliberação de 23/12/2025; ofício número 179 de 22/01/2026, deliberação de 20/01/2026; ofício número 473, de 05/02/2026, deliberação de 03/02/2026; ofício número 590, de 13/02/2026, deliberação de 12/02/2026. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4.2 - PROPOSTA N.º 03/AM/2026 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios financeiros a atribuir às freguesias: -----

-----Ofício número 5731 de 16/12/2025 – deliberação de 06/12/2025: -----

-----Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães: Gabinete de Apoio Psicossocial - € 20.000,00; iluminação de Natal - € 1.000,00, e Requalificação de imóveis (propriedade da junta de freguesia) – € 32.500,00-----

-----Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira: Iluminação Parque Verde Nossa Senhora de Nazaré - € 5.000,00; Construção do Passadiço do Largo da Foz do Sizandro - € 56.897,00; Manutenção de máquinas e caminhos vicinais – € 10.000,00; Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e iluminação de Natal - € 1.000,00 -----

-----Junta de Freguesia de Dois Portos: Empreitada de construção de armazém de Dois Portos – € 50.000,00; Obras no Parque Verde de Runa - € 40.280,00; Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00; Iluminação de Natal - € 1.000,00; Obras na Associação do Sirol - € 6.500,00 e Obras na Associação da Caixaria - € 6.000,00. -----

-----Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados; 3.ª tranche (última) Pavilhão da Maceira - € 55.000,00; Iluminação de Natal - € 2.000,00. -----

-----Junta de Freguesia da Ventosa: Rendas do Edifício da Junta de Freguesia - € 4.200,00; Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e iluminação de Natal - € 1.000,00. -----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões: Manutenção de Caminhos Vicinais - € 10.000,00; Manutenção de equipamentos e lavadouros - € 20.000,00; Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00; e Iluminação de Natal - € 1.000,00. -----

-----Junta de Freguesia da Freiria: Manutenção de Caminhos Vicinais - € 7.000,00; Pintura do Edifício da Junta de Freguesia - € 7.950,00, Gradeamentos em madeira, Capela de Santa Luzia, e parque dos Concelhos e máquinas de ginástica – € 37.500,00; Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e Iluminação de Natal - € 1.250,00. -----

-----Junta de Freguesia do Turcifal: Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00; Piscina Tempo de Férias do Município - € 7.200,00 e Iluminação de Natal - € 1.000,00. -----

-----Junta de Freguesia da Silveira: Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e Iluminação de Natal - € 1.500,00. -----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça: Projeto Psicologia nas Escolas +

Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e Iluminação de Natal - € 1.500,00. -----
---- Freguesia de Ponte do Rol: Projeto Psicologia nas Escolas + Transmissão Online de Festa na Freguesia - € 6.000,00 e Iluminação de Natal - € 1.000,00. -----
----Freguesia da Maceira: Iluminação de Natal – € 1.000,00.-----
----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo: Iluminação de Natal - € 1 000,00. -----
----Freguesia do Ramalhal: iluminação de Natal - € 1.000,00. -----
----Freguesia de Runa: Iluminação de Natal - € 1 000,00.-----
----Ofício número 190 de 22/01/2026 – deliberação de 20/01/2026:-----
----Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados: € 2.071,00, à tendo em conta o n.º de km do ano 2024 (2954) e 1.º semestre de 2025 (1188), referente ao Projeto Domicílios.-----
----Ofício número 470 de 05/02/2026 – deliberação de 03/21/2026:-----
----Junta de Freguesia da Freiria: Compra de reboque Agrícola Galucho - € 8.700,00; Reparos em veículo, propriedade da Junta de Freguesia (Nissan Cabstar) - € 8.881,83; e gradeamentos em madeira, capela de Santa Luzia, parque dos Concelhos e máquinas de ginástica (valor remanescente) - € 20.000,00. -----
----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça: Aquisição de Retroescavadora - € 30.750,00. -----
----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - PROPOSTA N.º 04/AM/2026 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

----Antes de passar à leitura dos documentos e respetiva discussão, **a presidente da Mesa** informou que para este ponto a mesa tinha uma recomendação e um voto de louvor, entregues no tempo regimental e uma moção que não cumpriu e não seria incluída na ordem de trabalho.-----

RECOMENDAÇÃO – PELO REFORÇO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE FACE AOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:-----

----“As últimas semanas foram marcadas por fortes e devastadoras intempéries no nosso território. Torres Vedras foi um dos concelhos que mais sofreu com as consequências das tempestades, com impactos devastadores nas nossas vias de comunicação, habitações e redes de saneamento básico e elétrica. -----

----Devido aos efeitos das alterações climáticas, estes tipos de fenómenos naturais extremos vão ser cada vez mais regulares e imprevisíveis, tornando-se imprescindível um maior foco na prevenção e combate às catástrofes naturais. Apesar da dificuldade em prever estes fenómenos naturais, a prevenção de fenómenos naturais extremos, como tempestades, cheias, secas, ondas de calor e incêndios florestais, torna-se fundamental na redução de possíveis prejuízos económicos, ambientais e humanos.-----

----A nível europeu, a Comissão Europeia defende que a prevenção e o combate aos efeitos das

alterações climáticas devem conjugar medidas de mitigação e estratégias de adaptação que reforcem a preparação das populações para fenómenos naturais extremos, como os recentemente vividos no nosso país. Nesse sentido, a Comissão Europeia incentiva ao desenvolvimento de planos de emergência, sistemas de alerta precoce e a criação de kits de emergência para as famílias. Estes kits de emergência devem conter estojos de primeiros socorros, com pensos, ligaduras, compressas, fita adesiva, tesoura, pinça, alfinetes de segurança, analgésicos e desinfetantes, medicação essencial, alimentos não perecíveis, água engarrafada, dinheiro em numerário, carregador de telemóvel e powerbank, lanternas e um rádio a pilhas com pilhas de reserva, fósforos ou isqueiro e velas, canivete suíço, apito para chamar a atenção em caso de emergência, manta térmica, cobertor e roupa quente, artigos de higiene pessoal, óculos suplentes, ração para os animais de estimação, uma checklist de evacuação e uma lista telefónica com contactos importantes. -----

----Adicionalmente, por iniciativa do município, foi desenvolvido um instrumento que define o quadro atuação municipal no âmbito das alterações climáticas, o Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras (PMAC), de acordo com a Lei de Bases do Clima, Decreto-Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Torres Vedras. -----

----Entre outros pontos, o PMAC de Torres Vedras compromete-se a “Aumentar a resiliência climática do território concelhio, sobretudo face a eventos extremos de precipitação, secas e eventos extremos de calor”, “Divulgar amplamente o Pacto de Ação Climática de Torres Vedras junto das partes interessadas locais por forma a ampliar o ecossistema de colaboração e de troca de boas práticas”, “Comunicar ativamente o Pacto de Ação Climática de Torres Vedras para aumentar a consciência, a aceitação e a mobilização de todas as partes interessadas” e a “Divulgar e promover informação, capacitação e formação sobre alterações climáticas dentro do município e junto das restantes partes interessadas”. -----

----Desta forma, face à gravidade dos efeitos das recentes intempéries no país e concelho, e ao enquadramento estratégico assumido por iniciativa do Município, a presente recomendação tem como foco reforçar a capacidade de prevenção, preparação e resposta do concelho de Torres Vedras perante os vários tipos de fenómenos climáticos extremos. Seguindo as indicações europeias, a Lei de Bases do Clima, e os próprios instrumentos municipais em vigor, como o mencionado Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras, deve-se tentar promover uma maior resiliência coletiva, transformando alguns dos compromissos estratégicos assumidos em medidas concretas e operacionais que reforcem a segurança e melhorem informação e a preparação coletiva para enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas, de forma eficaz e solidária. -----

-----Assim, no âmbito das atribuições do Município e competências da Câmara Municipal, na prevenção, combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, e cumprindo com os dispostos legais nacionais e europeias, o Grupo do Partido Socialista propõe que na reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 24 de fevereiro de 2026, se delibere recomendar à Câmara Municipal de Torres Vedras: -----

-----1.Distribuição de kits de emergência a famílias carenciadas referenciadas pelo município, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia;-----

-----2.Continuar a cumprir com os compromissos propostos no Plano de Ação Climática de Torres Vedras;-----

-----3.Realização de campanhas de sensibilização ambiental e educação climática, como workshops e programas educativos em escolas e à comunidade;-----

-----4.Desenvolvimento de planos de contingência climática específicos, com a implementação de medidas de mitigação e respostas, adaptado a cada freguesia e com o envolvimento da comunidade e das associações ambientais torrienses;-----

-----5.Criação de um fundo municipal de emergência climática, de forma a salvaguardar os munícipes e o município perante os prejuízos causados por estes tipos de fenómenos naturais extremos.”-----

-----O *deputado municipal João Apolinário*, em nome do Grupo Municipal do PS, disse que consideram pertinente por aquilo que hoje foi dito em assembleia municipal pelos vários grupos municipais acerca das intempéries, que a recomendação deve ser seguida à risca tendo em conta que a preocupação climática é uma preocupação de todos e que os afeta a todos, pelo que consideraram este momento importante e especial. -----

-----Aproveitou para reforçar a ideia que um fenómeno como aquele que ocorreu nos últimos tempos pelo país, agora no inverno, mas pode ser no verão, deve ser uma preocupação de todos e a Câmara Municipal deve ter um papel proactivo na prevenção e no combate aos efeitos das alterações climáticas. Um concelho mais preparado é sempre um concelho melhor, e em muitos casos a informação disponibilizada pode ser vital, o conhecimento pode ser ainda mais importante num momento de emergência, especialmente durante a noite ou de madrugada. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, na sequência das recomendações que foram feitas e tendo sido referido a questão de divulgar e ativar o plano municipal da ação climática, queria alertar que mais do que um plano, que necessita de passar do papel para a prática, existe um órgão que foi criado em junho de 2023 no âmbito desse plano que é o Conselho Municipal de Ação Climática, que é constituído por cerca de 35 membros que envolvem a comunidade no global, desde as associações, escolas, empresas, envolve também instituições de âmbito, quer local, quer regional, envolve as autarquias, as juntas. -----

-----Acrescentou que esse órgão tem tido reuniões, que têm sido especialmente expositivas, não tem havido aquilo que esse órgão pede e que deve ser ativado, que é haver *networking*, dando às pessoas que até têm participado em massa nessas reuniões, a oportunidade de se expressarem, colaborarem, trazerem ideias, trazerem sugestões para todas estas as questões ligadas às alterações climáticas, à adaptação, à mitigação.-----

-----Adiantou ainda que os exemplos estão aí, e assim uma das recomendações que faz, mais do que divulgar o Plano Municipal de Ação Climática, é dinamizar a atividade do Conselho Municipal de Ação Climática.-----

-----Prosseguiu dando nota das várias recomendações que não teve oportunidade de expor na intervenção anterior: promover ações e ferramentas de sensibilização e literacia para as alterações climáticas, para a gestão de risco e para a segurança, com a criação e desenvolvimento de um programa de ensino, educação e sensibilização relativo a esta área, fazendo o desafio de se poder integrar na escola das profissões que o edil referiu, que pretende criar no antigo edifício dos SMAS um curso que integrasse estas três componentes, alterações climáticas, segurança e gestão de risco.-----

-----Outra das recomendações, é avaliar o potencial de utilização dos meios de resposta energética e de comunicação alternativos e ou complementares, de forma a poderem compatibilizar e ter disponíveis meios de transmissão de informação às populações. A título de exemplo, podem pensar nas rádios locais, mas também nas redes de rádio amador, pois quando tudo falha e há questões destas que poderão entrar neste pacote de resposta às necessidades, ou seja é necessário compatibilizar a tecnologia atual com meios mais tradicionais.-----

-----Por último reforçou a necessidade de promover os processos de qualificação dos espaços verdes, com vegetação, lembrando que um dos grandes problemas que aconteceu na Encosta Castelo e em muitos outros locais é o facto de se ter apostado, muitas vezes, só em estratos arbóreos. É preciso compatibilizar espécies autóctones e não invasoras, que sejam adequadas aos locais onde são implantados e que seja criado extrato arbóreo, e arbustivo de vegetação rasteira, que no fundo representam o verdadeiro ecossistema, que pode ser bastante mais resiliente e pode colaborar de forma mais ativa em tudo o que são fenómenos de adaptação às alterações climáticas e de mitigação destes fenómenos extremos.-----

-----Na sequência desta intervenção o *deputado municipal Hugo Lucas*, disse que o Grupo Municipal do PS está aberto a outras recomendações que possam existir, que tenham a ver precisamente com as questões da mitigação e da adaptação às alterações climáticas, pois daqui para a frente cada vez será mais necessário trabalharem de forma mais séria.-----

-----A *presidente da Mesa*, salientou a importância de agora aprovarem a recomendação em análise, que será remetida ao Executivo que certamente colherá os depoimentos necessários para

que a sua ação seja a melhor e mais emergente possível. -----

----O *deputado municipal Jorge Santos*, anunciou que o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, não pode deixar de se associar à recomendação do PS, sem qualquer cinismo, salientando, contudo que se pode colocar a questão de terem noção daquilo que são os limites da intervenção política e o seu desajustamento face eventualmente à vida das pessoas. -----

----Deste modo e relativamente a isto, afirmou que quanto aos pontos 1, 2, 3 e 4, não têm qualquer dúvida que deve ser implementado, desenvolvido, mas quanto ao ponto 5, têm alguma dúvida, porquanto o objetivo desta recomendação parece-lhes ser obviamente demasiado ousado neste momento em que estão a sair de uma situação de emergência climática e terão que pensar, obviamente no momento para diante, mas a votação deste grupo municipal será no sentido de aprovar com esta ressalva. -----

----Em resposta o deputado municipal *Hugo Lucas*, fez que notar que se trata apenas de uma recomendação, que é precisamente que se possa estudar a criação de um fundo. -----

----Concluídas as intervenções a Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação: -----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria, de 41 votos a favor e 1 abstenção aprovar a recomendação em título. -----

----Anota-se que se absteve Herculano Raposo. -----

VOTO DE LOUVOR - A TODOS OS QUE NO TERRENO FORAM O ROSTO DA RESILIÊNCIA DA NOSSA COMUNIDADE: -----

----Depois da leitura do documento, pela presidente da mesa, foi dada a palavra ao plenário para se pronunciar: -----

----O *deputado municipal Jorge Santos* pediu a palavra para introduzir uma alteração ao texto apresentado, e assim, onde falam única e exclusivamente nos presidentes de junta de freguesia, porque entendem que nenhuma destas atividades que foram levadas a cabo são feitas individualmente, cabem aqui todos os órgãos de junta de freguesia, e os seus trabalhadores.-----

----O *deputado municipal Carlos Miguel*, começou por dizer, para descanso do colega Luis Carlos Lopes, que o PS tem por hábito ler os documentos que são presentes às sessões e por isso sabiam deste voto de louvor que subscrevem sem qualquer reserva, e por isso, acharam que não fazia sentido estar a fazer intervenções de igual tipo ou réplicas do próprio louvor. Também lembrou que o Partido Socialista em devido tempo, ou seja, em plena calamidade, tornou público um comunicado cujo teor tem este conteúdo e por isso e não é por falta de solidariedade que pode ser visado nesta situação.-----

----Acrescentou que tinham duas sugestões a fazer, uma das quais os próprios subscritores já fizeram, a outra até tinha o condão de não acabarem com 13 entidades para os que são supersticiosos, e acrescentavam uma 14.^a que era fazer este também louvor e agradecimento às

empresas e aos privados que disponibilizaram imediatamente máquinas e funcionários para responder às ocorrências da Intempérie.-----

----Assim, se os subscritores entenderem, acha que o louvor ficaria mais completo e justo perante esta gente que largou aquilo que estava a fazer ou que tinha planeado ou que tinha contratado, para apoiar as equipas da Câmara no sentido de estabelecer a normalidade. -----

----A *deputada municipal Paula Lopes* interveio no sentido de dar nota que o Chega subscreve inteiramente o voto de louvor, no entanto, acham que ficou em falta um voto de solidariedade para com as vítimas, porque houve muitos torrienses que perderam os seus bens, que viram as casas completamente estragadas, e a moção que enviaram era uma moção de solidariedade para com as vítimas, fora de prazo, como a presidente referiu, mas a partir de agora vão cumprir o regimento com rigor. -----

----Reafirmou que deveria ter uma referência às vítimas que foram os maiores prejudicados. O voto em discussão refere os torrienses que usaram as regras e cumpriram à risca, mas não enaltece nem anima todos os torrienses que sofreram os danos. -----

----O *deputado municipal Jorge Santos*, relativamente à sugestão do grupo municipal do PS, disse que não vê qualquer óbice no aditamento. -----

----Relativamente à observação da deputada Paula Lopes em nome do Chega, observou que lhe parece haver uma diferença conceptual entre um voto de louvor, um agradecimento à forma e ao modo e ao empenhamento nesta situação de catástrofe que tiveram e o voto de solidariedade do Chega que entrou fora de prazo. Este voto de solidariedade às vítimas terá sempre lugar, estão de acordo, eventualmente em subscrevê-lo, mas em sede própria, com o documento próprio no momento exato e não agora, pelo que não estão inteiramente de acordo com esta tentativa de integrar no voto de louvor, um voto de solidariedade,-----

----A *Presidente de Junta de Freguesia da Santa Maria, São Pedro e Matacães, Dalila Jesus*, interveio no sentido de concordar com o voto de louvor, mas enquanto presidente de junta, tinha que deixar registado a sua incompreensão pelo facto de a Promotorres estar elencada à frente dos presidentes de junta, não percebendo esta lógica e achando que podia ser de outra forma. ----

----O *deputado municipal Jorge Santos*, reportou-se à intervenção anterior, para dizer que às vezes são surpreendidos quando, com a singeleza de uma iniciativa que foi um voto de louvor, haja a preocupação de estar a seriar ou eventualmente a colocar primeiro o A que o B.-----

----Lembrou que o voto de louvor apresentado teve apenas e só, a tentativa de enumerar tão exaustivamente quanto possível todas as entidades, as pessoas, todos os órgãos, organismos que eventualmente participaram nesta situação de catástrofe. Não houve qualquer preocupação nem de seriação, nem de colocar eventualmente antecipadamente um e seguidamente o outro, e não significa rigorosamente nada. -----

-----Nesta altura a **presidente da Mesa** alertou o deputado que o tempo estipulado para o grupo Municipal Unidos por Torres Vedras tinha-se esgotado, tendo o mesmo concluído a sua intervenção.-----

-----Pedi novamente a palavra a *deputada municipal Paula Lopes* para pedir à presidente da Mesa que os critérios sejam usados iguais para qualquer grupo, ou seja, os membros dos Unidos já não têm tempo, portanto, independentemente de quem seja, o regimento se é para ser cumprido pelo Chega, tem de ser cumprido por todos.-----

-----A **presidente da Mesa** fez notar que em momento algum lesou um grupo detrimento do outro e o tempo do Unidos Por Torres Vedras já estava ultrapassado, mas o Chega poderia continuar se pretender intervir.-----

-----A *deputada municipal Paula Lopes*, indicou não ter dito que lesou, e embora compreendendo que a moção do Chega não tenha sido aceite, porque não cumpriu realmente o regimento, o que fez foi solicitar que os critérios usados sejam iguais para todos, pois inclusive, já teve que parar uma apresentação por falta de tempo.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, pediu a palavra para interpelar a mesa, fazendo uso da alínea b) do art.º 46.º do regimento.-----

-----Nesse propósito, disse que a deputada Paula Lopes está a confundir coisas, lembrando que estavam a falar em cumprir escrupulosamente o art.º 42.º do regimento para entrega das moções, diferente de terem na discussão dos assuntos mais 30 segundos ou menos 30 segundos no tempo de intervenção. A única exceção que existe no regimento em vigor é para votos de condolência que não têm prazo e apelou à leitura do regimento.-----

-----Disse ainda que certamente que presidente da mesa não aceitou a moção do Chega porque se chegou no próprio dia da sessão é completamente antirregimental.-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso*, pediu a palavra para sugerir que a numeração fosse retirada do voto de louvor para evitar mal-entendidos.-----

-----A **presidente da Mesa**, agradeceu as sugestões apresentadas ao voto de louvor, e que tiveram a anuência dos proponentes e colocou à votação o texto final do voto de louvor, que a seguir se transcreve, e que foi aprovado pela Assembleia Municipal por unanimidade.-----

“VOTO DE LOUVOR - A TODOS OS QUE NO TERRENO FORAM O ROSTO DA RESILIÊNCIA DA NOSSA COMUNIDADE:-----

-----“Proponente: Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras-----

-----O Concelho de Torres Vedras enfrentou recentemente um período particularmente exigente, marcado por condições meteorológicas muito adversas.-----

-----Com efeito, as sucessivas tempestades que assolaram o nosso território deixaram um rasto de destruição, que nos convoca a todos para um dever de solidariedade e para um trabalho

ciclópico, por difícil, longo e extraordinariamente oneroso. -----
-----Todavia, dúvidas não temos que a nossa comunidade sairá desta profunda provação mais forte, mais preparada e mais resiliente, para enfrentar novos desafios.-----
-----De facto, o período do qual estamos agora a emergir foi extraordinariamente exigente, no decurso do qual só a perfeita coordenação entre as várias entidades, a rapidez na atuação, a presença constante no terreno e a informação atempada impediram que hoje tivéssemos que lamentar perdas ainda mais graves e prejuízos mais avultados.-----
-----Por tudo isto o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras entende que é um verdadeiro imperativo de justiça, expressar publicamente um agradecimento reconhecido a todos os que no terreno foram o rosto da resiliência da nossa comunidade; a saber:-----
-----Todo o Executivo Municipal, em particular, o trabalho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Sérgio Galvão, e do Senhor Vice-Presidente, Diogo Guia, também responsável pela Proteção Civil, pela condução dos trabalhos, pela articulação entre entidades e pela mobilização atempada dos meios necessários; -----
-----Ao Serviço Municipal de Proteção Civil, em especial à sua Coordenadora, Marta Rodrigues;---
-----Ao Gabinete Técnico Florestal; -----
-----À Divisão de Obras Municipais; -----
-----À Divisão de Mobilidade e Segurança Rodoviária; -----
-----Ao Centro de Recolha Oficial de Animais;-----
-----Aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----
-----À Promotorres; -----
-----Aos Presidentes de Junta de Freguesia, respetivos Executivos e Funcionários que trabalharam incansavelmente na reposição da normalidade possível e no apoio social às populações;-----
-----Aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, em especial o seu Comandante, Hugo Jorge; --
-----Às Forças de Segurança;-----
-----À comunicação social que esteve presente, acompanhou a evolução da situação e ajudou a fazer chegar às pessoas as informações e orientações essenciais; -----
-----Aos torrienses, que cumpriram as orientações da Proteção Civil, contribuindo para a segurança coletiva, ajudando a reduzir riscos e a facilitar o regresso à normalidade; e -----
-----Empresas e privados que disponibilizaram meios para acudir às intempéries. -----
-----A situação de calamidade no nosso concelho refletiu a gravidade do cenário, mas a resposta coordenada das nossas forças públicas permitiu reafirmar a confiança nas nossas instituições. ----
-----O processo de reconstrução será longo, mas a união que demonstrámos nestes dias é a garantia de que saberemos, uma vez mais, erguemo-nos perante a adversidade. -----

-----Face ao exposto, é apresentada à Assembleia Municipal de Torres Vedras, para apreciação e votação, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Torres Vedras, de 24 de fevereiro de 2026, a presente proposta de Voto de Louvor a:-----

-----Ao Executivo da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----Ao Serviço Municipal de Proteção Civil;-----

-----Ao Gabinete Técnico Florestal;-----

-----À Divisão de Obras Municipais;-----

-----À Divisão de Mobilidade e Segurança Rodoviária;-----

-----Ao Centro de Recolha Oficial de Animais;-----

-----Aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----À Promotorres;-----

-----Aos Presidentes de Junta de Freguesia, respetivos Executivos e Funcionários;-----

-----Aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras;-----

-----Às Forças de Segurança;-----

-----À Comunicação Social;-----

-----Aos Torrienses; e-----

-----Empresas e privados que disponibilizaram meios para acudir às intempéries.-----

-----Propõe-se ainda que, caso aprovado, o presente Voto seja comunicado às entidades e pessoas visadas, e divulgado pelos meios institucionais considerados adequados.-----

-----Torres Vedras, 24 de fevereiro de 2026.”-----

INTERPELAÇÃO À MESA:-----

-----O *deputado municipal Vale Paulos*, fazendo uso da alínea b) do art.º 46.º do regimento interpelou a mesa sobre o facto de terem sido apresentados duas declarações de voto, no ponto 1, a do PS, oralmente e por escrito, mas ficou na dúvida quanto à apresentada pelo Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, sugerindo que a presidente da Mesa alertasse este grupo para cumprir o art.º 51.º do regimento, ou seja que teria dois dias para apresentar uma declaração por escrito para figurar em ata.-----

-----A **presidente da Mesa**, disse que não via necessidade de lembrar os deputados do regimento, que vigora há bastantes anos, até porque não teve qualquer alteração, pelo que agradece a chamada de atenção, mas crê que não seria necessária.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 0h35m a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
